



UNICASA

Móveis

Proposta da Administração
30/04/2014

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2. CONVOCAÇÃO	4
3. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL	6
4. PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DELIBERAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....	7
5. ANEXO 1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	8
6. ANEXO 2 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	139
7. ANEXO 3 - INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES	144
8. ANEXO 4 – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.	148

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com satisfação que a Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”) lhe convida a participar da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), que será realizada no dia 30 de abril de 2014, às 13:30hs em nossa sede localizada na Rodovia RSC 470, Km 212, 930, na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul.

Seguem orientações a respeito dos procedimentos e prazos para a sua participação bem como a apresentação de Proposta da Administração contendo todo o conjunto de informações disponíveis para entendimento das matérias que serão objeto de deliberação, conforme as disposições da Instrução CVM 481/09.

Contamos com a sua presença.

Alexandre Grendene Bartelle

Presidente do Conselho de Administração

2. CONVOCAÇÃO

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
CNPJ/MF: 90.441.460/0001-48
NIRE: 43.300.044.513-RS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Unicasa”) convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, às 13:30 horas, na sede social localizada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Estadual RSC-470, km 212,930, bairro São Vendelino, CEP 95700-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2013;
3. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, fixando o número de membros a serem eleitos;
4. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2014.

INSTRUÇÕES GERAIS:

- 1. DOCUMENTOS:** Conforme o art. 10 do estatuto social da Companhia os acionistas deverão apresentar documento hábil de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade ou para os acionistas participantes da custódia fungível o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela instituição de custódia fungível ou outro órgão competente, até 2 dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral;
- 2. PROCURADORES:** Os acionistas poderão se fazer representar por procurador constituído a menos de 1 ano que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que representem os condôminos. A firma da procuração deverá ser reconhecida por autenticidade;
- 3. ENTREGA DOS DOCUMENTOS:** A Companhia solicita que os mandatos e demais documentos de representação na Assembleia sejam encaminhados com antecedência de no mínimo 48 horas de antecedência da data de realização da “AGO” para o seguinte endereço: Rodovia RSC 470, Km 212, 930, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul Brasil – CEP 95700-000, aos cuidados do Sr. Paulo Junqueira, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, ou do Sr. Guilherme Possebon de Oliveira, Analista de Relações com Investidores. Para facilitar a participação dos acionistas a Companhia receberá os documentos por e-mail (dri@unicasamoveis.com.br) com a entrega dos respectivos originais no dia da reunião. Em cumprimento à Instrução CVM nº 481/09, em seu

artigo 5º, parágrafo 2º, o acionista que comparecer à assembleia, munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

- 4. VOTO MÚLTIPLO:** Nos termos da Instrução CVM n.º 165/91, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento).

- 5. INFORMAÇÃO À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS:** Os documentos relacionados no art. 133 da Lei das S.A. foram publicados no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul no dia 26 de março de 2014, estando à disposição dos acionistas, juntamente com a Proposta da Administração e demais documentos relativos à ordem do dia, na sede da Companhia, podendo também ser consultados nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia (www.unicasamoveis.com.br/ri), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/2009.

Bento Gonçalves, RS, 28 de março de 2014.

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho de Administração

Este edital de convocação será publicado no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na edição do dia 15 de abril de 2014 e republicado nos dias 22 e 28 de abril de 2014.

3. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL

3.1 QUALIFICAÇÃO

Os acionistas e/ou seus representantes que desejarem participar da Assembleia Geral deverão se apresentar alguns minutos antes do horário indicado, portando os seguintes documentos, conforme previsto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia:

(i) documento hábil de identidade: A Companhia considerará como documento hábil de identidade os seguintes documentos com foto recente: (i) carteira de identidade nacional (RG); (ii) carteira de identidade de registro de estrangeiro (RNE); (iii) passaporte válido; (iv) carteira de classe expedida por órgão oficial. Se for investidor pessoa jurídica deve portar o original ou cópia autenticada dos documentos societários devidamente registrados nos órgãos oficiais e que identifiquem a forma de representação legal da pessoa jurídica (sugere-se portar a Ata de Eleição ou Certidão emitida pela Junta Comercial e o Estatuto Social ou o Contrato Social). No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, os documentos de representação devem ser notariados e consularizados, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma destas três línguas.

(ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;

(iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e

(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

4. PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DELIBERAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Unicasa vem apresentar aos seus acionistas as seguintes propostas, objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2014:

1- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes; **item 5, Anexo 1 deste documento;**

2 - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2013; **constante do item 7, Anexo 3 deste documento;**

3 – Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, fixando o número de membros a serem eleitos. **Os membros sugeridos pelos acionistas estão descritos no item 8, Anexo 4 deste documento.**

4 - Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2014. **item 9, Anexo 5 deste documento.**

**5. ANEXO 1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

(Página intencionalmente deixada em branco)



UNICASA

Móveis

COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 90441460/0001-48
NIRE: 43.300.044.513

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Grendene Bartelle

Presidente do Conselho de Administração

Juvenil Antônio Zietolie

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Frank Zietolie

Membro do Conselho de Administração

Hugo Antônio Jordão Bethlem

Membro Independente do Conselho de Administração

Renato Ochman

Membro do Conselho de Administração

DIRETORIA

Frank Zietolie

Diretor Presidente

Kelly Zietolie

Diretora Vice-Presidente

Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Thiago Proença Baisch

Diretor Comercial

Ivanir Moro

Contador

CRC/RS-053351/O-7

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Unicasa Indústria de Móveis S.A.** apresenta-lhes, a seguir, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras** preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da *Comissão de Valores Mobiliários* (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2013.

As **Demonstrações Financeiras da Unicasa Indústria de Móveis S.A.** findas de 31 de dezembro de 2013, foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2013 iniciamos a operação de cinco lojas próprias, quatro em São Paulo e uma em Manaus. A abertura da sexta e última loja prevista em nosso projeto de lojas próprias deve ocorrer no segundo semestre de 2014, em São Paulo. Iniciado no ano de 2012 o projeto busca viabilizar experiência na operação de lojas, possibilitando a identificação de boas práticas e ganhos de eficiência a serem implantadas em toda a nossa rede de lojistas. O relacionamento direto com o consumidor final nos possibilita um amplo conhecimento sobre o processo de venda desde o desenvolvimento do projeto de um ambiente até a montagem final do produto.

Iniciamos, neste ano, a operação de nossa nova marca Casa Brasileira, comercializada através de franquias e lojas multimarcas. Inspirada no conceito da brasilidade e nas diferentes regiões do país, o posicionamento da marca é resultado de um estudo sobre a cultura e o jeito de ser do brasileiro. A marca explora a necessidade de móveis voltados para ambientes menores e fidedignos aos espaços disponíveis atualmente.

Durante o ano, evoluímos no reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que envolve a conversão de lojas pequenas, com baixo faturamento e com pouco impacto no resultado da Companhia, em lojas multimarcas ou sua descontinuidade. Temos por objetivo ter uma rede mais homogênea e com presença de nossas marcas em mercados adequados à sua proposta.

O quarto trimestre do ano de 2013 mostra uma recuperação da receita das marcas Dell Anno e Favorita, sinalizando o fim do ciclo dos efeitos de redução de receita relacionados ao reposicionamento de lojas relevantes ocorrido em 2012.

Em 2013, tivemos uma boa geração de caixa apesar dos resultados aquém dos esperados. No ano efetuamos o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, reduzimos dívida líquida, investimos em CAPEX e quitamos obrigações fiscais ao aderir ao REFIS, entretanto, mesmo com esse alto fluxo de dispêndios financeiros, encerramos o ano com uma posição de caixa que, em nossas projeções, nos permitirá cumprir as obrigações de investimentos e de giro do negócio para o ano de 2014.

Neste ano consolidaremos parte de nossas estratégias, porém estamos cautelosos em estabelecer perspectivas do efeito delas no resultado da Companhia, pois a realização da Copa do Mundo e as eleições presidenciais configuram um ano atípico, aumentando a incerteza frente ao cenário econômico e político do país.

Agradecemos a confiança e o apoio, neste ano de investimentos em nossa operação de lojas próprias e de consolidação de nossas estratégias. Aos nossos acionistas, lojistas e suas equipes, clientes,

fornecedores e aos nossos funcionários, todos sempre dedicados e comprometidos com o sucesso de nossa Companhia, nosso muito obrigado.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDAS

Dando continuidade ao reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, conforme divulgado no 2T13, que consiste na substituição de lojas situadas em mercados de baixa aderência à proposta das marcas e com baixa geração de receita e resultado, reduzimos a base de revendedores em 58 lojas no 4T13 e convertemos 27 dessas lojas em Casa Brasileira Multimarca.

Nosso canal de distribuição multimarcas alcançou no 4T13 um total de 2.852 lojas. Concluímos o 4T13 com 650 lojas multimarcas New e Casa Brasileira e 2.202 pontos de venda de redes varejistas com a marca Telasul Modulados.

O canal das vendas exclusivas atingiu um total de 832 lojas, sendo 381 Dell Anno e Favorita e 451 New e Casa Brasileira Franquia.

Apresentamos abaixo a evolução dos nossos canais de distribuição:

Período	2012	1T13	2T13	3T13	4T13	Δ
Revendas Exclusivas, Franquias e Lojas Próprias	922	929	923	906	832	(74)
Dell Anno e Favorita	463	463	456	439	381	(58)
New e Casa Brasileira Franquia	459	466	467	467	451	(16)
Multimarca	2.131	2.161	2.761	2.820	2.852	32
New e Casa Brasileira Multimarca	576	576	594	618	650	32
Telasul Modulados	1.555	1.585	2.167	2.202	2.202	-

DESEMPENHO DE VENDAS
Receita Bruta ex-IPI

As informações de receita por marca são apresentadas no formato de receita bruta com a exclusão do IPI da base comparativa – (Receita Bruta ex-IPI), pois as informações de vendas por marca tem melhor comparabilidade neste formato. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro, subindo para 3% a partir de 1º de julho e para 3,5% a partir de 1º de outubro, passando para 4% de 1º de janeiro de 2014 e com previsão de retorno a 5% em 1º de julho de 2014. As informações de Receita Bruta, Receita Bruta ex-IPI e módulos vendidos estão disponíveis no Anexo IV deste release.

Dell Anno e Favorita

Dell Anno e Favorita - Revendas Exclusivas e Lojas Próprias	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	52.809	54.293	2,8%	195.676	172.496	-11,8%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	178,4	161,4	-9,5%	698,5	544,0	-22,1%
Preço Médio Unitário (R\$)	296,0	336,4	13,6%	280,1	317,1	13,2%

As marcas Dell Anno e Favorita tiveram aumento de 2,8% da Receita Bruta ex-IPI, decréscimo de módulos vendidos em 9,5% e aumento de 13,6% do preço médio unitário em comparação ao 4T12. No ano, a queda acumulada na receita foi de 11,8%, a venda de módulos reduziu 22,1% e o preço médio aumentou 13,2%.

Conforme antecipado na divulgação de resultados do 2T13, o reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita não trouxe efeitos relevantes na receita da marca, confirmando que as lojas envolvidas nessa operação possuem baixa representatividade.

As lojas próprias, todas Dell Anno, tem aumentado sua representatividade no negócio, dentro do esperado no processo de maturação da operação. No quarto trimestre foi concluída a reforma da loja de Sumaré, adequando-a ao padrão proposto para as lojas próprias.

New e Casa Brasileira

New Revendas Exclusivas e Casa Brasileira Franquia	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	25.430	25.188	-1,0%	91.756	92.465	0,8%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	138,0	125,2	-9,3%	488,0	474,1	-2,8%
Preço Médio Unitário (R\$)	184,3	201,2	9,2%	188,0	195,0	3,7%

Multimarcas	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	10.271	9.750	-5,1%	38.159	37.093	-2,8%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	66,9	61,8	-7,6%	241,7	232,8	-3,7%
Preço Médio Unitário (R\$)	153,5	157,8	2,8%	157,9	159,3	0,9%

Obs: As receitas apresentadas para 2012 se referem às vendas da marca Telasul nos canais Exclusivo e Multimarca, adicionadas às de New no canal Multimarca.

A Receita Bruta ex-IPI dos canais Exclusivo da marca New e Franquia da marca Casa Brasileira apresentou redução de 1,0%, com decréscimo dos módulos vendidos em 9,3% e aumento do preço médio unitário em 9,2% em relação ao 4T12. No ano, a receita e preço médio dos módulos aumentaram, 0,8% e 3,7%, respectivamente, enquanto que o volume vendido reduziu 2,8%.

O canal Multimarcas (New, Casa Brasileira e outras) apresentou redução na Receita Bruta ex-IPI em 5,1% no 4T13 e 2,8% no ano, o número de módulos vendidos apresentou redução de 7,6% no 4T13 e 3,7% no ano, enquanto o preço médio unitário aumentou 2,8% no 4T13 e 0,9% no acumulado do ano.

Telasul Modulados

A marca Telasul era comercializada por meio dos canais Exclusivo, Multimarca e Magazine, e era reportada de forma consolidada. Com a criação da marca Casa Brasileira em março deste ano, os antigos canais Exclusivo e Multimarca da Telasul foram transformados em Casa Brasileira Multimarca, que passam a ser reportados em conjunto com New Multimarca. O canal Magazine continua sendo atendido com a marca Telasul Modulados, fornecendo móveis modulados para redes de varejo.

Telasul Modulados	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	5.606	3.870	-31,0%	18.568	13.945	-24,9%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	46,0	36,1	-21,5%	155,3	120,0	-22,7%
Preço Médio Unitário (R\$)	121,9	107,2	-12,1%	119,6	116,2	-2,8%

O desempenho da marca Telasul Modulados apresentou Receita Bruta ex-IPI inferior em 31,0%, com queda de volume de 21,5% e redução do preço médio em 12,1%.

Unicasa Corporate

Este segmento apresenta aumento de Receita Bruta ex-IPI de 90,7%, aumento de volume de 169,0% e redução do preço médio unitário de 29,1%.

Unicasa Corporate	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.189	2.267	90,7%	4.868	5.793	19,0%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	2,9	7,8	169,0%	19,7	19,7	0,0%
Preço Médio Unitário (R\$)	410,0	290,6	-29,1%	247,1	294,1	19,0%

Outras Receitas

As outras receitas são oriundas de vendas para funcionários, fornecedores, transportadoras e outras.

Outras Receitas	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.435	1.451	1,1%	6.112	4.973	-18,6%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	11,8	14,2	20,3%	27,8	56,9	104,7%
Preço Médio Unitário (R\$)	121,6	102,2	-16,0%	219,9	87,4	-60,3%

Mercado Externo

As vendas no Mercado Externo apresentaram aumento de receita de 17,1%, aumento de 43,8% de volume vendido e redução do preço médio de 18,5%.

Mercado Externo	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.753	2.052	17,1%	8.063	8.970	11,2%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	11,2	16,1	43,8%	66,1	124,6	88,5%
Preço Médio Unitário (R\$)	156,5	127,5	-18,5%	122,0	72,0	-41,0%

Indicadores Consolidados Unicasa

Unicasa Indústria de Móveis	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	98.493	98.871	0,4%	363.202	335.735	-7,6%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	455,2	422,6	-7,2%	1.697,0	1.572,1	-7,4%
Preço Médio Unitário (R\$)	216,4	234,0	8,1%	214,0	213,6	-0,2%

Mercado Interno	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	96.740	96.819	0,1%	355.139	326.765	-8,0%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	444,0	406,5	-8,4%	1.630,9	1.447,5	-11,2%
Preço Médio Unitário (R\$)	217,9	238,2	9,3%	217,8	225,7	3,6%

Mercado Externo	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.753	2.052	17,1%	8.063	8.970	11,2%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	11,2	16,1	43,8%	66,1	124,6	88,5%
Preço Médio Unitário (R\$)	156,5	127,5	-18,5%	122,0	72,0	-41,0%

DESEMPENHO FINANCEIRO

Sumário Executivo	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Líquida	75.560	75.234	-0,4%	279.441	257.919	-7,7%
Lucro Bruto	31.479	30.773	-2,2%	115.469	103.051	-10,8%
Margem Bruta	41,7%	40,9%	-0,8 p.p.	41,3%	40,0%	-1,3 p.p.
Resultado Operacional	8.819	2.888	-67,3%	47.754	13.858	-71,0%
Margem Operacional	11,7%	3,8%	-7,9 p.p.	17,1%	5,4%	-11,7 p.p.
Lucro Líquido	10.232	414	-96,0%	42.164	13.709	-67,5%
Margem Líquida	13,5%	0,6%	-12,9 p.p.	15,1%	5,3%	-9,8 p.p.
EBITDA	10.909	4.655	-57,3%	56.031	22.193	-60,4%
Margem EBITDA	14,4%	6,2%	-8,2 p.p.	20,1%	8,6%	-11,5 p.p.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia reduziu 0,4% no 4T13 em comparação ao 4T12 e no acumulado do ano a redução foi de 7,7%. Neste trimestre, a redução da receita foi menos representativa do que a apresentada nos trimestres anteriores de 2013, devido, principalmente, aos sinais de recuperação da marca Dell Anno e Favorita, que apresentam crescimento de 2,8% no período.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

O custo por módulo vendido aumentou de R\$96,84 no 4T12 para R\$105,21 no 4T13, um aumento de 8,6%, decorrente principalmente da maior despesa de pessoal no período. O aumento nominal do CPV entre o 4T12 e o 4T13 foi R\$0,4 milhão ou 0,9%. Dentre os principais elementos que impactaram nesta variação estão:

- i) Aumento dos gastos com pessoal de R\$1,0 milhão, relacionada principalmente ao acréscimo do quadro funcional - a) na linha da produção flexível, que estava em processo de *ramp up* no 4T12; e, b) na nova linha de pintura - e ao dissídio coletivo;
- ii) Redução do valor de depreciação em R\$ 0,9 milhão em função da revisão da vida útil do ativo imobilizado, parcialmente compensado pela depreciação dos ativos adquiridos para pintura e produção flexível;
- iii) A evolução em nossos controles de estoques nos permitiu no 4T12 a efetuar uma reversão no montante provisionado para estoques obsoletos. Dessa forma, a reversão que ocorreu em 2012 não se repetiu em 2013, provocando um efeito de aumento na despesa com provisão de R\$0,3 milhão no comparativo.

A seguir demonstramos a reconciliação do Custo dos Produtos Vendidos 4T12x4T13⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

No acumulado do ano de 2013, o custo dos produtos vendidos representou 60,0% da receita líquida de vendas, e 58,7% no ano de 2012. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do custo unitário por módulo vendido, passando de R\$96,63 em 2012 para R\$ 98,51 em 2013. Essa variação ocorreu devido a:

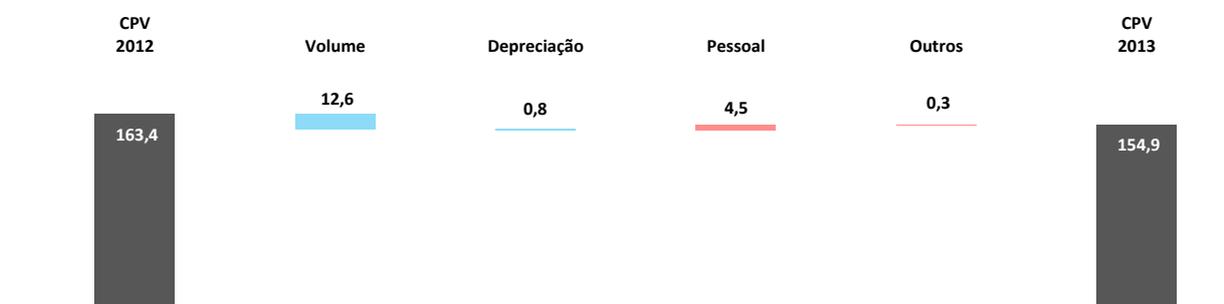
- (i) a principal variação que contribuiu para o aumento do custo médio é referente a gastos com pessoal. Em 2012 a linha de Produção Flexível estava em estágio pré-operacional e em 2013 a linha de pintura em *Lacca* entrou em operação, assim, o impacto dessas linhas em 2013 representou um gasto adicional de R\$3,48 milhões. Já o dissídio coletivo, acrescentou R\$1,03 milhão à despesa com pessoal.

(ii) a redução da receita líquida, bem como a variação do mix da venda, provocando uma redução de cerca de R\$12,57 milhões no custo;

(iii) redução na despesa de depreciação no valor de R\$0,80 milhão devido à nova estimativa de vida útil a partir de setembro de 2013.

(iv) outras despesas gerais de fabricação apresentaram aumento de R\$0,24 milhão

A seguir demonstramos a reconciliação do Custo dos Produtos Vendidos 2012x2013 ⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto do trimestre foi de R\$30,8 milhões, com Margem Bruta de 40,9%. A margem apresentou redução de 0,8 p.p. em relação ao 4T12, impactada principalmente pelo aumento no gasto de pessoal e compensada parcialmente pela variação positiva do mix no período. Em relação ao 3T13, a margem bruta cresceu 1,9%, principalmente, devido à variação do mix de venda do período e maior receita no período, contribuindo para diluição de custos fixos.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas foram de R\$29,1 milhões no 4T13, 21,9% superior ao 4T12, representando 38,7% da Receita Líquida.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Total	(23.875)	(29.113)	21,9%	(77.059)	(93.543)	21,4%
Despesas com Vendas	(18.192)	(19.501)	7,2%	(57.422)	(69.148)	20,4%
% Receita Líquida	24,1%	25,9%	1,8 p.p.	20,5%	26,8%	6,3 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(5.683)	(9.612)	69,1%	(19.637)	(24.395)	24,2%
% Receita Líquida	7,5%	12,8%	5,3 p.p.	7,0%	9,5%	2,5 p.p.
VGA % Receita Líquida	31,6%	38,7%	7,1 p.p.	27,5%	36,3%	8,8 p.p.

As despesas com Lojas Próprias e Central de Serviços, neste trimestre, aumentaram R\$4,4 milhões sendo, relacionadas principalmente a despesas com pessoal e aluguéis. No acumulado do ano, essas despesas aumentaram em R\$13,0 milhões. Em 2012, estas despesas foram menos relevantes, pois as lojas próprias iniciavam seu ciclo pré-operacional.

As despesas com clientes apresentaram aumento de R\$0,5 milhão em relação ao 4T12 e R\$3,4 milhões no acumulado do ano. Essas despesas são relacionadas ao atendimento de consumidores finais de lojas fechadas.

A amortização dos pontos comerciais, iniciada no 3T13, acrescentou R\$0,6 milhão nas despesas operacionais no 4T13 e R\$0,8 milhão no acumulado do ano.

A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou as despesas administrativas em R\$2,2 milhões, valor líquido de provisão .

As despesas com provisões reduziram em R\$2,3 milhões em comparação ao 4T12, principalmente devido ao menor montante de provisão para devedores duvidosos registrado no 4T13. Já no acumulado do ano, a redução de R\$3,78 milhões ocorreu, principalmente, devido ao registro de provisão não recorrente no 2T12.

As despesas com marketing e outras despesas líquidas dos efeitos comentados acima, apresentaram redução de R\$0,2 milhão em relação ao 4T12, principalmente devido à redução nas despesas de marketing do período, que decorre, principalmente, do diferimento anualizado em 2013 da recuperação de despesas de marketing. No acumulado do ano, as outras despesas atingiram R\$0,8 milhão devido, principalmente, a consultorias contratadas no período.

A seguir demonstramos a reconciliação das despesas com Vendas, Gerais e Administrativas 4T12x4T13⁽¹⁾:



⁽¹⁾Em milhões.

A seguir demonstramos a reconciliação anual para as despesas com Vendas, Gerais e Administrativas 2012x2013⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais apresentaram pouca variação em relação ao 4T12. No acumulado do ano, o principal efeito redutor desta rubrica refere-se ao efeito não recorrente registrado em 2012 do prêmio pela renovação do acordo comercial com instituição financeira que fomenta as operações financeiras na rede de revendedores.

Outras Receitas e Despesas Operacionais	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Total	1.215	1.228	1,1%	9.344	4.350	-53,4%
Outras Despesas Operacionais	(23)	-	-100,0%	(35)	(40)	14,3%
Outras Receitas Operacionais	1.238	1.228	-0,8%	9.379	4.390	-53,2%
Prêmio Bancário	853	873	2,3%	7.152	2.961	-58,6%
Outras Receitas operacionais	385	355	-7,8%	2.227	1.429	-35,8%
% Receita Líquida	1,6%	1,6%	0,0 p.p.	3,3%	1,7%	-1,6 p.p.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido apresentou redução de 247,0% em relação ao 4T12. A seguir demonstramos o resultado financeiro líquido:

Resultado Financeiro	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Resultado Financeiro Líquido	1.846	(2.714)	-247,0%	9.192	1.553	-83,1%
Despesas Financeiras	(909)	(5.365)	490,2%	(3.075)	(8.505)	176,6%
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(119)	(181)	52,1%	(622)	(686)	10,3%
Despesas de empréstimos e financiamentos	(128)	(15)	-88,3%	(547)	(259)	-52,7%
Despesas com variação cambial	(104)	(34)	-67,3%	(413)	(414)	0,2%
Ajustes a valor presente – AVP	-	(206)	n/a	(342)	(365)	6,7%
Outras despesas financeiras	(558)	(4.929)	783,3%	(1.151)	(6.781)	489,1%
Receitas Financeiras	2.755	2.651	-3,8%	12.267	10.058	-18,0%
Juros recebidos	819	594	-27,5%	3.346	2.399	-28,3%
Descontos obtidos	67	47	-29,9%	516	156	-69,8%
Rendimentos de aplicações financeiras	465	567	21,9%	2.487	1.858	-25,3%
Receitas com variação cambial	103	281	172,8%	314	645	105,4%
Ajuste a valor presente – AVP	1.139	1.023	-10,2%	5.033	4.533	-9,9%
Outras receitas financeiras	162	139	-14,2%	571	467	-18,2%

A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou a despesa financeira, na linha de “outras despesas financeiras” no valor de R\$2,2 milhões referentes ao juros do processo. Na mesma rubrica, foram registrados descontos financeiros, que somaram R\$2,8 milhões no 4T13, oriundos de negociações com lojistas que resultaram na recuperação de créditos e envolveram a internalização de ativos. Ambos não são recorrentes.

Os principais fatores que afetaram o ano foram: (i) descontos concedidos a clientes, aumentaram R\$3,5 milhões; (ii) Refis, conforme comentado acima no valor de R\$2,2 milhões; (iii) menor recebimento de juros devido ao menor saldo referente a contratos, R\$0,9 milhão; (iv) menor rendimento de aplicações financeiras, pelo fato de que, em 2012, a Companhia manteve em caixa recursos oriundos da venda de ações até a data do efetivo pagamento dos dividendos aos sócios, R\$0,6 milhão.

Lucro Líquido

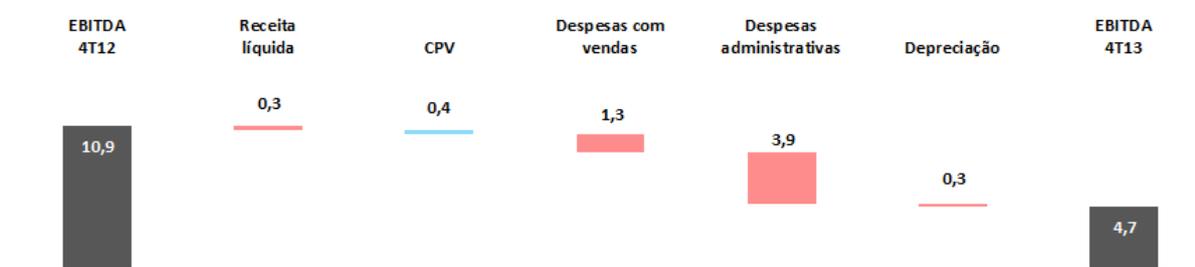
O lucro líquido apresentou queda de 96,0% em relação ao 4T12, em decorrência principalmente dos efeitos não recorrentes do Refis e dos descontos concedidos, assim como o aumento das despesas com lojas próprias e atendimento a consumidores finais. No ano, a redução de 67,5% foi impactada, além dos fatores que afetaram o trimestre ampliando seus efeitos para o ano, pelo registro de outras receitas operacionais não recorrentes em 2012.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA reduziu 57,3%, passando de R\$10,9 milhões no 4T12 para R\$4,7 milhões no 4T13. No ano a redução foi de 60,4%, passando de R\$56,0 milhões em 2012 para R\$22,2 milhões em 2013. A Margem EBITDA foi de 6,2% no 4T13 e 8,6% no ano. Os principais motivos da redução são os mesmos que afetaram o lucro líquido.

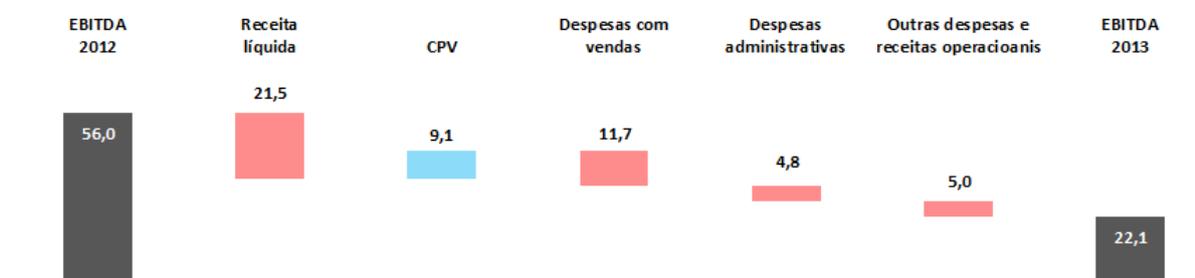
EBITDA	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Lucro Líquido do Período	10.232	414	-96,0%	42.164	13.709	-67,5%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(433)	240	-155,4%	(14.782)	(1.702)	-88,5%
(-) Resultado Financeiro	1.846	(2.714)	-247,0%	9.192	1.553	-83,1%
(=) EBIT	8.819	2.888	-67,3%	47.754	13.858	-71,0%
(+) Depreciação e Amortização	(2.090)	(1.767)	-15,5%	(8.277)	(8.335)	0,7%
(=) EBITDA	10.909	4.655	-57,3%	56.031	22.193	-60,4%
Margem EBITDA	14,4%	6,2%	-8,2 p.p.	20,1%	8,6%	-11,5 p.p.

A seguir demonstramos a reconciliação do EBITDA 4T12 X 4T13⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

A seguir demonstramos a reconciliação do EBITDA 2012 X 2013⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

Caixa Líquido

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2013 saldo de caixa de R\$11,0 milhões, 51,9% menor do que no mesmo período do ano passado. No ano de 2013, a empresa liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2012, no valor de R\$34,0 milhões, reduziu sua dívida líquida em R\$5,0 milhões e efetuou pagamento de R\$4,9 milhões referente ao Refis, além disso, efetuou adiantamento para investimento em CAPEX no valor de R\$6,8 milhões.

Caixa Líquido	31/12/2012	31/12/2013	Δ
Dívida de Curto Prazo	5.128	557	-89,1%
Dívida de Longo Prazo	557	-	-100,0%
Dívida Bruta	5.685	557	-90,2%
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	28.719	11.629	-59,5%
(Dívida Líquida)/Caixa excedente	23.034	11.072	-51,9%

Retorno sobre o Capital Investido (ROIC)

O ROIC líquido da Companhia nos últimos doze meses (UDM) concluídos no 4T13 foi de 6,1%, 11,2 p.p. inferior ao mesmo período do ano passado.

Retorno sobre o Capital Investido	2012	2013	Δ
EBIT (UDM)	47.754	13.858	-71,0%
Média do Ativo Operacional	203.713	204.615	0,4%
ROIC bruto	23,4%	6,8%	-16,6 p.p.
Taxa Efetiva IR + CSLL (UDM)	26,0%	11,0%	-15,0 p.p.
ROIC Líquido	17,3%	6,1%	-11,2 p.p.

Destinação do lucro do exercício

A proposta da Administração de distribuição dos lucros resultará em um *payout* de 45,2% do lucro líquido ajustado.

A Companhia realiza Assembleia Geral de Acionistas até o dia 30 de abril de cada ano, onde a destinação do resultado será submetida à aprovação. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de 25% do Lucro Líquido, ajustado com as deduções e acréscimos previstos nos incisos II e III do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, aos acionistas como dividendo obrigatório.

O percentual de distribuição poderá ser superior ao previsto no Estatuto da Companhia, sendo analisado pela Administração, conforme política de dividendos e levando em consideração a disponibilidade de recursos em caixa e a necessidade de investimentos. Em 23 de dezembro de 2013, em Reunião do Conselho de Administração foi declarada a distribuição de juros sobre o capital próprio pela Companhia, relativo ao exercício de 2013, no valor bruto de R\$6.502.897,43 (seis milhões, quinhentos e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos) correspondentes a R\$ 0,09840 por ação e líquido de R\$5.888.948,02 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e dois centavos) correspondentes a R\$ 0,08911 por ação. O pagamento será efetuado em data a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária de 2014.

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de março de 2014, foi aprovada a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2013 a ser submetida para aprovação da Assembleia Geral Ordinária de 2014, conforme detalhado no quadro abaixo:

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício	2013 em reais
Lucro líquido do período	13.709.360,15
Reserva legal (5%)	(685.468,01)
Lucro líquido ajustado	13.023.892,14
Dividendo mínimo obrigatório	3.255.973,04
Destinação proposta	
Juros sobre o capital próprio	6.502.897,43
Retenção de lucros para reserva estatutária	6.520.994,71
Total	13.023.892,14

Distribuição	
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	5.888.948,02
Percentual de distribuição	45,2%

⁽¹⁾ Líquido de imposto de renda retido na fonte

Orçamento de capital

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2014, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

As projeções e perspectivas de negócios apresentadas no orçamento de capital propostos, envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais, da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos.

Para dar viabilidade financeira aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 47,57% do lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$6.521 mil, totalizando na conta da Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão em 31 de dezembro de 2013 R\$11.518 mil.

Fontes de financiamento	R\$ mil
Lucros Retidos em Reservas de Lucros para Expansão	11.518
Recursos próprios (gerados com atividade operacional durante o exercício)	1.867
Total das fontes de financiamento	13.385
Orçamento de capital - Aplicação de recursos	2014 Projeção
Ativo imobilizado	(13.385)
Máquinas e equipamentos	(8.113)
Equipamentos e programas de informática	(2.944)
Benfeitorias	(1.180)
Outros	(1.148)
Total de aplicação de recursos	(13.385)

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros para Expansão nos níveis atuais, incorporadas as retenções de lucros auferidos no exercício de 2013, às quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2014 para dar suporte ao plano de expansão que será implementado ao longo do exercício.

Responsabilidade e projetos sociais e de proteção ao meio ambiente

A Unicasa segue toda a legislação ambiental aplicável ao seu segmento industrial. A seguir elencamos as práticas utilizadas que visam à proteção ambiental:

- Segregação e destinação de resíduos sólidos gerados no processo fabril;
- Tratamento de efluentes líquidos industriais;
- Reaproveitamento de 100% da água utilizada em nossas fábricas;
- Reaproveitamento dos coprodutos gerados no processo produtivo, tais como a serragem, a madeira, o plástico e o papelão, que são utilizados por outros setores da economia;
- Substituição do óleo diesel pelo GLP (gás liquefeito de petróleo);
- Utilização de embalagens feitas com plásticos recicláveis para transporte dos móveis por nós produzidos;
- Utilização de matéria prima adquirida apenas de empresas que adotam um regime de manejo economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo, certificadas pela ISO 14001, que garante que os impactos gerados pelas atividades são controlados, e, ainda, se comprometem a utilizar madeira proveniente de plantações florestais certificadas, próprias ou de terceiros, ou adquiridas de fontes controladas, seguindo os princípios e critérios do FSC (Forest Stewardship Council). Essa madeira é empregada na produção de painéis de madeira reconstituída, podendo ser destinada à produção de energia;
- Sistema de Controle de Poluição Atmosférica

Audidores Independentes

Atendendo ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. (“Ernst”) prestou os seguintes serviços:

- Auditoria completa realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidado) e IFRS (consolidado) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e revisões das Informações Trimestrais da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2013, com honorários totais de R\$156.970,00. Data contratação: 25/04/2013, prazo final: 24/04/2014;
- Serviço de tradução das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidado) e IFRS (consolidado) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e das Informações Trimestrais da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2013, com honorários totais de R\$7.030,00, representando 4,5% dos honorários do serviço de auditoria das demonstrações financeiras. Data da contratação: 25/04/2013, prazo final: 24/04/2014;
- Revisão dos laudos de avaliação do valor de mercado dos direitos de uso de loja (“luvas”), adquiridos pela Companhia, preparado por empresa especializada, com honorários totais de R\$12.250,00, representando 7,8% dos honorários do serviço de auditoria das demonstrações financeiras;
- Assessoria tributária na revisão do impacto fiscal nas operações realizadas pela Companhia na constituição da Unidade Comercial (Unicasa Comércio de Móveis Ltda.) e análise de conformidade tributária dos procedimentos adotados com o disposto nas legislações estaduais, federais e jurisprudência judicial e administrativa, com avaliação de eventuais riscos relativos a presente operação, com honorários exclusivamente baseados em horas efetivamente trabalhadas, multiplicadas pela taxa média de R\$250,00, com honorários totais em 2013 de R\$12.000,00, representando 7,6% dos honorários do serviço de auditoria das demonstrações financeiras. Data da contratação: 20/05/2013, prazo final: 19/05/2014.

A política da Empresa na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia declara que recebeu carta da Ernst sobre os serviços por eles prestados à Companhia, atestando que eles não comprometem a independência da Ernst na prestação do serviço de auditoria externa à Companhia.

Declaração dos diretores

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Demonstrações Financeiras

Unicasa Indústria de Móveis S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com relatório dos auditores independentes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Unicasa Indústria de Móveis S.A.

Bento Gonçalves - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unicasa Indústria de Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Unicasa Indústria de Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Unicasa Indústria de Móveis S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 10 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

 Balanços patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2013	2012	2013
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	5	64.308	77.732	65.342
Estoques	6	21.875	19.296	23.304
Adiantamentos e antecipações		1.449	1.038	1.559
Empréstimos concedidos	8	1.287	1.971	1.287
Despesas antecipadas		2.361	1.868	2.386
Impostos a recuperar		6.220	3.104	6.230
Outros ativos	12	2.612	2.377	2.648
Total do ativo circulante		111.428	136.105	114.385
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes	5	9.369	15.476	9.369
Empréstimos concedidos	8	2.387	5.547	2.387
Ativo mantido para venda	7	12.668	8.848	12.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	6.489	6.734	9.481
Impostos a recuperar		18	25	18
Despesas antecipadas		88	251	88
Depósitos judiciais	16	3.555	2.140	3.555
Outros ativos	12	1.975	2.004	1.975
		36.549	41.025	39.541
Investimentos	9	784	404	82
Imobilizado	10	80.119	78.373	81.758
Intangível	11	21.117	18.312	21.120
		102.020	97.089	102.960
Total do ativo não circulante		138.569	138.114	142.501
Total do ativo		249.997	274.219	256.886

	Nota	Controladora		Consolidado
		2013	2012	2013
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	557	5.128	557
Fornecedores	14	6.245	6.698	6.311
Obrigações tributárias		4.196	4.961	4.636
Juros sobre o capital próprio a pagar	17.c	5.889	7.990	5.889
Salários e encargos sociais		4.826	4.507	5.983
Adiantamentos de clientes		16.840	14.002	22.037
Dividendos obrigatórios a distribuir	17.c	-	2.024	-
Outros passivos circulantes		985	1.057	1.014
Total do passivo circulante		39.538	46.367	46.427
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	-	557	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16	5.156	5.165	5.156
Total do passivo não circulante		5.156	5.722	5.156
Patrimônio líquido				
Capital social	17	187.709	187.709	187.709
Reservas de capital		(2.658)	(2.658)	(2.658)
Reservas de lucros		20.252	13.045	20.252
Dividendos adicionais propostos		-	24.034	-
Total do patrimônio líquido		205.303	222.130	205.303
Total do passivo e patrimônio líquido		249.997	274.219	256.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2013	2012	2013
Receita líquida de vendas	22	256.706	279.441	257.919
Custo dos produtos vendidos		(156.159)	(163.972)	(154.868)
Lucro bruto		100.547	115.469	103.051
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas		(61.868)	(57.422)	(69.148)
Despesas administrativas		(19.830)	(19.637)	(24.395)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	4.020	9.344	4.350
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6.098)	-	-
		(83.776)	(67.715)	(89.193)
Lucro antes do resultado financeiro		16.771	47.754	13.858
Resultado Financeiro				
Despesas financeiras	20	(8.423)	(3.075)	(8.505)
Receitas financeiras	20	10.055	12.267	10.058
		1.632	9.192	1.553
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.403	56.946	15.411
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	15	(4.449)	(15.719)	(4.449)
Diferidos		(245)	937	2.747
		(4.694)	(14.782)	(1.702)
Lucro líquido do exercício		13.709	42.164	13.709
Lucro líquido por ação, básico e diluído (R\$)	18	0,21	0,67	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	13.709	42.164	13.709
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	13.709	42.164	13.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	29.699	-	5.939	-	160.101	-	195.739
Aumento de capital (Nota 17.a)	158.010	-	-	-	(30.101)	-	127.909
Gastos com emissão de ações (Nota 17.b)	-	(2.658)	-	-	-	-	(2.658)
Dividendos distribuídos (Nota 17.c)	-	-	-	-	(130.000)	-	(130.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.164	42.164
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.024)	(2.024)
Dividendos adicionais propostos (Nota 17.c)	-	-	-	-	24.034	(24.034)	-
Retenção de lucros (Nota 17.b)	-	-	2.109	4.997	-	(7.106)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	187.709	(2.658)	8.048	4.997	24.034	-	222.130
Dividendos distribuídos (Nota 17.c)	-	-	-	-	(24.034)	-	(24.034)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.709	13.709
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	(6.502)	(6.502)
Retenção de lucros (Nota 17.b)	-	-	686	6.521	-	(7.207)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	187.709	(2.658)	8.734	11.518	-	-	205.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.403	56.946	15.411
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades:			
Depreciação e amortização	8.286	8.277	8.335
Variação cambial – clientes	(87)	73	(87)
Variação cambial – fornecedores de bens	(57)	(15)	(57)
Apropriação juros	259	547	259
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis	(9)	1.776	(9)
Provisão para obsolescência	(27)	(694)	(27)
Provisão para devedores duvidosos	3.420	4.123	3.420
Provisão para perdas com avais	-	2.468	-
Baixas do ativo imobilizado	442	122	442
Resultado de equivalência patrimonial	6.098	-	-
	36.728	73.623	27.687
Varição nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	12.987	(369)	11.953
Estoques	(2.552)	3.542	(3.981)
Impostos a recuperar	1.591	(178)	1.581
Aplicações financeiras vinculadas	-	323	-
Empréstimos concedidos	3.844	3.184	3.844
Despesas antecipadas	(330)	4.081	(355)
Depósitos judiciais	(1.415)	(721)	(1.415)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(616)	(4.444)	(762)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(3.820)	(2.097)	(3.820)
Fornecedores	497	(784)	563
Adiantamento de clientes	2.838	(267)	8.035
Obrigações tributárias	(1.379)	(2.831)	(939)
Outros passivos circulantes e não circulantes	247	(49)	1.433
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(9.149)	(26.395)	(9.149)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	39.471	46.618	34.675
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Em investimentos	(6.800)	-	-
Em imobilizado	(10.106)	(11.205)	(11.794)
Em intangível	(533)	(3.137)	(536)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(17.439)	(14.342)	(12.330)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital – emissão de ações	-	127.909	-
Gastos com emissão ações	-	(4.027)	-
Pagamentos de empréstimos	(5.387)	(1.665)	(5.387)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(7.990)	(7.905)	(7.990)
Dividendos pagos	(26.058)	(130.000)	(26.058)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(39.435)	(15.688)	(39.435)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(17.403)	16.588	(17.090)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	28.719	12.131	28.719
No final do exercício	11.316	28.719	11.629
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(17.403)	16.588	(17.090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Receita de vendas produtos, líquido de devoluções e ajuste a valor presente	335.831	357.958	338.337
Outras receitas	3.773	8.955	4.103
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.420)	(4.123)	(3.420)
	336.184	362.790	339.020
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos, mercadorias vendidas	(163.567)	(174.153)	(163.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(47.122)	(41.619)	(49.595)
Outros	(9.586)	(14.448)	(9.630)
	(220.275)	(230.220)	(222.249)
Valor adicionado bruto	115.909	132.570	116.771
Depreciação e amortização	(8.286)	(8.277)	(8.335)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	107.623	124.293	108.436
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(6.098)	-	-
Receitas financeiras	10.055	12.267	10.058
	3.957	12.267	10.058
Valor adicionado total a distribuir	111.580	136.560	118.494
Pessoal			
Remuneração direta	31.705	27.597	37.889
Benefícios	3.547	5.251	3.949
FGTS	2.734	2.017	3.289
	37.986	34.865	45.127
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	28.257	34.121	25.998
Estaduais	19.723	21.830	20.071
Municipais	96	61	126
	48.076	56.012	46.195
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis	3.589	444	5.161
Juros	259	547	259
Outros	7.961	2.528	8.043
	11.809	3.519	13.463
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.502	35.058	6.502
Lucros retidos	7.207	7.106	7.207
	13.709	42.164	13.709
Valor adicionado total distribuído	111.580	136.560	118.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), fundada no ano de 1985 tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de vendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New”, “Telasul Modulados” e “Casa Brasileira”.

Nosso moderno parque fabril conta com tecnologia de última geração, onde desenvolve, fabrica, distribui e comercializa os móveis e demais produtos, destinados a todos os tipos de ambientes residenciais e comerciais, atingindo todos os segmentos de consumo.

A controlada da Companhia, incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a seguinte:

Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. foi constituída em 08 de outubro de 2012, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo e Manaus. As operações da Unicasa Comércio de Móveis Ltda. tiveram início em abril de 2013.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), bem como de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 05 de março de 2014.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes aquelas divulgadas na Nota 3.

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2 Base de consolidação

A controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é integralmente consolidada a partir da data de constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.3 Investimentos em controladas

O investimento em controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.4 Reconhecimento de receita -- Continuação

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.5.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

(i) **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio.

(ii) **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.11 Ativos intangíveis

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no exercício que for incorrido.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2013 não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros ativos ou passivos de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as transações a prazo a Companhia utiliza as variações da taxa Selic, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face de faturamento é considerada como receita financeira e será apropriada pelo método do custo amortizado.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando:

- os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.15 Tributação -- Continuação

Impostos sobre vendas -- Continuação

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 17,00%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (*)	5,00% a 10,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	1,00%

* O Governo Federal através dos Decretos n.º 7.705, 7.770, 7.796 e 7.879, para o período de 26 de março de 2012 a 31 de janeiro de 2013, reduziu a zero a alíquota do IPI. E através dos Decretos n.º 7.879, 8.035 e 8.116 firmou em 2013, respectivamente, as alíquotas de IPI de 2,5% de 1 de fevereiro a 30 de junho, 3% de 1 de julho a 30 de setembro e 3,5% de 1 de outubro a 31 de dezembro.

A receita de vendas é apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida destes tributos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia, incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições à seguridade social, férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação no resultado, plano de saúde, auxílio escolar e assistência médica. Estes benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem com base em regime de competência à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

2.18 Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada de acordo com o CPC 09.

2.19 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes instrumentos são classificados como empréstimos e financiamentos e mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.19 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

Mensuração subsequente -- Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Informação por segmento

As operações da Companhia são o desenvolvimento, industrialização, comercialização e prestação de serviços de móveis modulados e planejados para o mercado interno e externo, sendo organizadas em um único segmento operacional. Embora os produtos sejam comercializados por canais de venda específicos, conforme sua categoria, a Companhia gerencia e controla seus produtos de forma integrada e os seus resultados operacionais são acompanhados, monitorados e avaliados também de forma integrada.

2.21 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.22 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 32 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Essas alterações esclarecem o significado da expressão “atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar”. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Caixa e bancos	396	1.728	709
Aplicações financeiras			
Certificados de depósito bancário – CDBs	10.920	26.991	10.920
	11.316	28.719	11.629

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI (aproximadamente 101,7% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
No mercado nacional			
de terceiros	72.819	95.071	74.755
de partes relacionadas (Nota 21)	1.002	135	20
No mercado externo			
de terceiros	3.985	3.723	3.985
Cheques a receber	9.488	5.302	9.568
	87.294	104.231	88.328
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.726)	(8.306)	(11.726)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(1.891)	(2.717)	(1.891)
	73.677	93.208	74.711
Ativo circulante	64.308	77.732	65.342
Não circulante	9.369	15.476	9.369
	73.677	93.208	74.711

Os prazos médios de recebimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de 45 e 46 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	(8.306)	(5.069)	(8.306)
Adições	(4.255)	(12.341)	(4.255)
Recuperações / realizações	624	7.011	624
Baixa por incobráveis	211	2.093	211
Saldo no final do exercício	(11.726)	(8.306)	(11.726)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
A vencer	63.717	91.603	63.405
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	3.906	2.538	4.293
De 31 a 60 dias	1.974	1.295	2.310
De 61 a 90 dias	1.275	1.835	1.663
De 91 a 180 dias	2.920	3.472	3.115
Acima de 181 dias	13.502	3.488	13.542
	87.294	104.231	88.328

6. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Produtos prontos	86	17	1.473
Produtos em elaboração	3.224	2.834	3.224
Mercadorias para revenda	314	417	356
Matérias primas	14.804	12.495	14.804
Materiais de embalagem	277	185	277
Materiais intermediários	2.026	2.044	2.026
Adiantamento a fornecedores	256	488	256
Materiais diversos	1.234	1.189	1.234
Provisão para obsolescência	(346)	(373)	(346)
	21.875	19.296	23.304

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	(373)	(1.067)	(373)
Adições	(912)	(808)	(912)
Recuperações / realizações	939	1.502	939
Saldo no final do exercício	(346)	(373)	(346)

7. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$12.668 (31 de dezembro de 2012 R\$8.848) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia contratou corretores especializados em vendas de imóveis e acredita que no curto prazo poderá realizar a venda destes bens. Os ativos são mantidos pelo seu valor contábil, sendo inferiores aos seus valores justos, deduzidos das despesas de venda.

8. Empréstimos concedidos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Empréstimos concedidos	4.045	7.790	4.045
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(371)	(272)	(371)
	3.674	7.518	3.674
Ativo circulante	1.287	1.971	1.287
Ativo não circulante	2.387	5.547	2.387
	3.674	7.518	3.674

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,76% ao ano. Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	702	-	-
Outros investimentos	82	404	82
	784	404	82

Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.		
	2013	2012	
Ativo circulante	4.247	-	-
Ativo não circulante	4.634	-	-
Passivo circulante	7.890	-	-
Patrimônio líquido	991	-	-
Capital social	6.800	-	-
Receita líquida	4.643	-	-
Resultado do exercício	(5.809)	-	-
% Participação	99,99%	-	-
Investimento	991	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(6.098)	-	-

* Exclui lucros não realizados nos estoques, no valor de R\$289.

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	404	704	404
Integralização de capital	100	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.700	-	-
Equivalência patrimonial	(6.098)	-	-
Transferência para Intangível	(322)	(300)	(322)
Saldo no final do exercício	784	404	82

10. Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2012	1.378	19.249	3.325	4.167	83.933	120	2.429	4.473	3.112	751	122.937
Aquisições	-	119	270	69	1.011	-	446	475	885	6.158	9.433
Baixas	-	-	-	-	(30)	-	(392)	(142)	(58)	-	(622)
Transferências	-	1.067	2.597	490	661	-	-	-	(3.342)	(1.473)	-
Saldos em 2013	1.378	20.435	6.192	4.726	85.575	120	2.483	4.806	597	5.436	131.748

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2012	-	(4.875)	(619)	(702)	(34.127)	(47)	(968)	(3.226)	-	-	(44.564)
Depreciações	-	(610)	(197)	(366)	(5.452)	(15)	(202)	(403)	-	-	(7.245)
Baixas	-	-	-	-	18	-	52	110	-	-	180
Saldos em 2013	-	(5.485)	(816)	(1.068)	(39.561)	(62)	(1.118)	(3.519)	-	-	(51.629)

Imobilizado líquido

Saldos em 2012	1.378	14.374	2.706	3.465	49.806	73	1.461	1.247	3.112	751	78.373
Saldos em 2013	1.378	14.950	5.376	3.658	46.014	58	1.365	1.287	597	5.436	80.119

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos iniciais	1.378	19.249	3.325	4.167	83.933	120	2.429	4.473	3.112	751	122.937
Aquisições	-	119	400	139	1.032	-	1.087	697	885	6.762	11.121
Baixas	-	-	-	-	(30)	-	(392)	(142)	(58)	-	(622)
Transferências	-	1.067	2.727	490	661	-	19	14	(3.342)	(1.636)	-
Saldos em 2013	1.378	20.435	6.452	4.796	85.596	120	3.143	5.042	597	5.877	133.436

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos iniciais	-	(4.875)	(619)	(702)	(34.127)	(47)	(968)	(3.226)	-	-	(44.564)
Depreciações	-	(610)	(208)	(369)	(5.452)	(15)	(224)	(416)	-	-	(7.294)
Baixas	-	-	-	-	18	-	52	110	-	-	180
Saldos em 2013	-	(5.485)	(827)	(1.071)	(39.561)	(62)	(1.140)	(3.532)	-	-	(51.678)

Imobilizado líquido

Saldo em 2013	1.378	14.950	5.625	3.725	46.035	58	2.003	1.510	597	5.877	81.758
---------------	-------	--------	-------	-------	--------	----	-------	-------	-----	-------	--------

Os desembolsos de caixas com aquisição de ativo imobilizado estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Aquisições efetuadas e liquidadas no exercício	9.433	10.547	11.121
Aquisições de imobilizado a prazo, realizadas no exercício anterior e liquidadas no exercício corrente	950	943	950
Efeito não caixa de variação cambial sobre liquidações de aquisições a prazo	(57)	(15)	(57)
Aquisições que não afetaram caixa (Nota 27)	(220)	(270)	(220)
	10.106	11.205	11.794

10. Imobilizado -- Continuação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Em seu processo de revisão anual da vida útil do ativo imobilizado, a Companhia contratou uma empresa especializada em avaliações. Como resultado da avaliação feita pela empresa contratada, a vida útil média ponderada das classes de imobilizado pode ser assim resumida:

	Média ponderada de vida útil – nova (em anos)	Média ponderada de vida útil - anterior (em anos)
Edificações	77,99	25
Benfeitorias	37,83	25
Instalações	21,10	10
Máquinas e equipamentos	18,69	10
Veículos	16,43	5
Móveis e utensílios	15,18	10
Equipamentos de informática	7,44	5

Esta alteração resultou na redução da despesa de depreciação do exercício de 2013 no valor de R\$ 1.600 quando comparada com a despesa de 2012.

11. Intangível

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2012	669	107	17.536	18.312
Aquisições	533	-	2.991	3.524
Transferência de investimentos	-	-	322	322
Amortização	(265)	(17)	(759)	(1.041)
Saldos em 2013	937	90	20.090	21.117

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos iniciais	669	107	17.536	18.312
Aquisições	536	-	2.991	3.527
Transferência de investimentos	-	-	322	322
Amortização	(265)	(17)	(759)	(1.041)
Saldos em 2013	940	90	20.090	21.120

A Companhia mantém o ativo intangível pelo custo de aquisição.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos intangíveis. Baseado no procedimento anual de revisão da vida útil de seus ativos intangíveis, a Companhia alterou a vida útil dos intangíveis conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Média ponderada de vida útil – nova (em anos)	Média ponderada de vida útil - anterior (em anos)
Software	5,78	5
Marcas e patentes	12,88	10
Fundo de comércio	9,26	Indeterminada

11. Intangível -- Continuação

Fundo de comércio

De acordo com a análise inicial da Administração da Companhia, realizada em dezembro de 2012, e em sua intenção de permanência nestes pontos, não seria possível estimar um período de tempo pelo qual a Companhia permaneceria nestes locais, até a realização da sua revisão anual da vida útil de seus ativos programada para acontecer em 2013. A expectativa inicial da Companhia é que o negócio de lojas próprias perpetue. Dessa forma, a Companhia tratou estes ativos intangíveis como sendo de vida útil indefinida durante o ano de 2012 e até a realização da sua revisão anual da vida útil de seus ativos realizada no terceiro trimestre de 2013.

Baseado no procedimento anual de revisão da vida útil de seus fundos de comércio e fruto de uma maior experiência na gestão de lojas próprias, a Companhia determinou a nova vida útil destes ativos e passou a amortizá-los. A Administração da Companhia concluiu que a vida útil deste intangível está diretamente relacionada aos prazos acordados nos contratos de locação dos imóveis para os quais a Companhia adquiriu tais fundos de comércio.

A Companhia adquiriu, no primeiro trimestre de 2013, um novo fundo de comércio junto a um de seus principais clientes, no montante de R\$ 2.991. Esta transação foi quitada mediante compensação de saldos de contas a receber desse cliente, existente na data.

Teste de perda por redução do valor recuperável

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou a existência de fatores que pudessem impactar o valor de seus ativos e não constatou indicativos de que os mesmos possam ter sofrido desvalorização.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício no montante de R\$ 4.787 na Controladora e no Consolidado (R\$ 3.251 em 31 de dezembro de 2012).

12. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Recuperação de despesas (a)	2.157	2.044	2.193
Créditos a recuperar (b)	4.233	4.333	4.233
Outros (c)	665	472	665
(-) Provisão para perdas com créditos a recuperar (b)	(2.468)	(2.468)	(2.468)
Total	4.587	4.381	4.623
Ativo circulante	2.612	2.377	2.648
Ativo não circulante	1.975	2.004	1.975
	4.587	4.381	4.623

- (a) Refere-se, principalmente, a gastos realizados pela Companhia para veiculação de campanhas de marketing, os quais são reembolsados pelos lojistas exclusivos no prazo médio aproximado de seis meses.
- (b) Refere-se a créditos a receber junto a revendedores exclusivos oriundo de aval concedido no passado e a contratos renegociados. O saldo líquido, após as provisões, a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.765.
- (c) Substancialmente formado por valores a receber de instituições financeiras conforme Nota 19.

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora		Consolidado
			2013	2012	2013
Financiamento de imobilizado					
Banco Votorantim	9% a.a.	15/06/2014	557	1.672	557
Financiamento de exportação					
Banco Santander – BNDES	9% a.a.	15/06/2013	-	4.013	-
			<u>557</u>	<u>5.685</u>	<u>557</u>
Passivo circulante			557	5.128	557
Passivo não circulante			-	557	-
			<u>557</u>	<u>5.685</u>	<u>557</u>

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram concedidos avais dos acionistas controladores.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“covenants”).

14. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
No mercado nacional			
Insumos			
De terceiros	4.482	4.589	4.498
Materiais diversos	561	526	567
Serviços	1.202	633	1.246
	<u>6.245</u>	<u>5.748</u>	<u>6.311</u>
No mercado externo			
Imobilizado	-	950	-
Total mercado nacional e externo	<u>6.245</u>	<u>6.698</u>	<u>6.311</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

MP 627 e IN RFB 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Valores lançados ao resultado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:			
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(4.449)	(15.719)	(4.449)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	(245)	2.306	2.747
Relativos ao crédito fiscal sobre gastos com emissão de ações, referentes ao processo de abertura de capital	-	(1.369)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(4.694)	(14.782)	(1.702)

15. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado	
	2013		2012		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	18.403	18.403	56.946	56.946	15.411	15.411
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(4.600)	(1.656)	(14.237)	(5.125)	(3.853)	(1.387)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:						
Juros sobre o capital próprio	1.626	585	2.250	810	1.626	585
Incentivos fiscais (inovação tecnológica)	957	345	650	234	957	345
Equivalência patrimonial	(1.525)	(549)	-	-	-	-
Outras exclusões/adições	58	(15)	508	56	(14)	(41)
Incentivos fiscais de dedução IRPJ (PAT)	56	-	48	-	56	-
Adicional de imposto de renda	24	-	24	-	24	-
Valor registrado no resultado	(3.404)	(1.290)	(10.757)	(4.025)	(1.204)	(498)
Total do IR e CSLL	(4.694)		(14.782)		(1.702)	
Alíquota efetiva	18%	7%	19%	7%	8%	3%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado	
	Balanco patrimonial		Resultado		Balanco patrimonial	Resultado
	2013	2012	2013	2012	2013	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.987	2.824	1.163	1.402	3.987	1.163
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	118	127	(9)	(236)	118	(9)
Provisão para perda com avais	839	839	-	839	839	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.753	1.756	(3)	604	1.753	(3)
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	2.992	2.992
Ajuste a valor presente – AVP	769	1.016	(247)	(318)	769	(247)
Diferença entre depreciação fiscal e societária	(1.194)	-	(1.194)	-	(1.194)	(1.194)
Outras provisões e diferenças temporárias	217	172	45	15	217	45
	6.489	6.734	(245)	2.306	9.481	2.747

15. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Créditos tributários

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos, como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2013</u>
2014	862	862
2015	2.026	2.126
2016	401	664
2017	401	752
Acima de 2017	2.799	5.077
Total	<u>6.489</u>	<u>9.481</u>

16. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

I) Provisões

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a provisão está assim composta:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Provisão para riscos trabalhistas	1.391	1.867	1.391
Provisão para riscos tributários	1.144	2.319	1.144
Provisão para riscos cíveis	2.621	979	2.621
	<u>5.156</u>	<u>5.165</u>	<u>5.156</u>

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente a imposto de importação e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia é parte solidária.

A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Em 31 de dezembro de 2013, os processos cíveis com perda possível totalizavam R\$13.350, os trabalhistas R\$1.728 e os tributários R\$391.

16. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis -- Continuação

I) Provisões -- Continuação

Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei nº 11.941/09, cujo objetivo é regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento. O valor incluído no Refis refere-se a notificação relativa à compensação de créditos de IPI. A opção escolhida pela Companhia foi à quitação em uma única parcela em dezembro de 2013 no valor de R\$ 4.863, sendo o valor reconhecido no resultado do exercício no grupo de despesas administrativas em R\$ 2.697 (R\$ 2.158, valor líquido de provisões) conforme Nota 23 e despesas financeiras no valor R\$ 2.166 referente aos juros do processo conforme Nota 20.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	5.165	3.389	5.165
Adições	5.660	3.802	5.660
Recuperações / realizações	(5.669)	(2.026)	(5.669)
Saldo no final do exercício	5.156	5.165	5.156

II) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Depósitos judiciais trabalhistas	416	105	416
Depósitos judiciais tributários	716	716	716
Depósitos judiciais cíveis	2.423	1.319	2.423
	3.555	2.140	3.555

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada no dia 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 30.101, mediante a capitalização de reserva de lucros e sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia, no valor de R\$29.699 em 31 de dezembro de 2011, para R\$59.800 em 31 de março de 2012.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012 foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10,3547337 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para cada 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal existente, havendo um acréscimo de 51.450.100 ações, totalizando 56.950.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de março de 2012.

17. Patrimônio líquido -- Continuação

a) Capital social -- Continuação

Em 25 de abril de 2012 a Companhia obteve seu registro de Companhia de capital aberto. No contexto do processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2012, aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$127.909 mediante a emissão de 9.136.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi totalmente integralizado com recursos oriundos da oferta pública de distribuição de ações da Companhia. O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas

	<u>Ações</u>	<u>Capital Social</u>
	<u>Em milhares</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.499	29.699
Integralização de capital em 27/02/2012	-	30.101
Desdobramento de ações em 30/03/2012	51.451	-
Emissão de ações em 25/04/2012	9.136	127.909
Saldo em 31 de dezembro de 2012	66.086	187.709
Saldo em 31 de dezembro de 2013	66.086	187.709

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

Os custos de distribuição, atribuídos à Companhia, oriundos da oferta primária de ações totalizaram R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da reserva é de R\$8.734 (R\$8.048 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva para expansão

A Administração da companhia, com base em orçamento de capital, propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, o complemento de Reserva de Lucros para Expansão no montante de R\$6.521, totalizando R\$ 11.518, conforme previsto no art. 34, item (e) do estatuto da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão. Conforme art. 199 da Lei 6.404/76 o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

17. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei, sendo que a Companhia poderá imputar juros sobre o capital próprio à conta do dividendo mínimo obrigatório.

Demonstração dos dividendos e juros sobre capital próprio pago

No dia 29 de maio de 2013 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$34.048, sendo R\$ 7.990 a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, R\$ 24.034 de dividendos adicionais e R\$ 2.024 a título de dividendos obrigatórios. Esses montantes foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 abril de 2013 e já haviam sido provisionados ou propostos em 31 de dezembro de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2013, os membros do Conselho aprovaram a proposta de distribuição de dividendos realizada pela Administração da Companhia, no montante de R\$ 6.502 (R\$0,09840000 por ação) a título de juros sobre o capital próprio (R\$5.889 líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), calculada sobre o patrimônio líquido da Companhia até 31/12/2013. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% exceto para acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em Países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	13.709	42.164
Reserva legal (5%)	(686)	(2.109)
Lucro líquido ajustado	13.023	40.055
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.256	10.014
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	5.889	7.990
Dividendos adicionais	-	26.058
Total proposto para distribuição	5.889	34.048
Percentual do lucro ajustado distribuído	45,2%	85,0%
Dividendos distribuídos acima do mínimo	2.633	24.034
Dividendos acima do mínimo por ação	0,0398	0,3637

18. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito mediante a divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
• Lucro líquido do exercício	13.709	42.164	13.709
• Média ponderada de ações emitidas (em milhares)*	66.086	63.208	66.086
• Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,21	0,67	0,21

* Considerando o desdobramento de ações aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2012.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras.

19. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas operacionais			
Perda com alienação do ativo imobilizado	(40)	(35)	(40)
	(40)	(35)	(40)
Receitas operacionais			
Ganho com alienação do ativo imobilizado	386	10	386
Prêmio bancário*	2.961	7.152	2.961
Outras receitas operacionais	713	2.217	1.043
	4.060	9.379	4.390
Outras receitas operacionais, líquido	4.020	9.344	4.350

* Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contra partida a conta de outros ativos.

20. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas financeiras			
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(636)	(622)	(686)
Despesas de empréstimos e financiamentos	(259)	(547)	(259)
Despesas com variação cambial	(414)	(413)	(414)
Ajuste a valor presente – AVP	(365)	(342)	(365)
Descontos concedidos	(4.532)	(1.086)	(4.561)
Outras despesas financeiras(*)	(2.217)	(65)	(2.220)
	(8.423)	(3.075)	(8.505)
Receitas financeiras			
Juros recebidos	2.399	3.346	2.399
Descontos obtidos	153	516	156
Rendimentos de aplicações financeiras	1.858	2.487	1.858
Receitas com variação cambial	645	314	645
Ajuste a valor presente – AVP	4.533	5.033	4.533
Outras receitas financeiras	467	571	467
	10.055	12.267	10.058
Resultado financeiro líquido	1.632	9.192	1.553

*A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou a despesa financeira, na linha de “outras despesas financeiras” no valor R\$ 2.166 referente aos juros do processo.

21. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia realizou as seguintes transações com as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Ativo circulante			
Contas a receber			
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	982	-	-
Telasul S.A.	20	135	20
Total do ativo	1.002	135	20
Demonstração do resultado			
Vendas			
Outras partes relacionadas (*)	18	26	18
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	4.134	-	-
Telasul S.A.	566	502	566
	4.718	528	584
Compras			
Telasul S.A.	12.217	11.498	12.265
	12.217	11.498	12.265

(*) Operações com acionistas.

As operações envolvendo a Companhia e a parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também a Unicasa efetua vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros). As operações são efetuadas a preços de mercado e com um prazo médio aproximado de compra e venda de sete dias.

21. Transações e saldos com partes relacionadas -- Continuação

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda., referem-se a vendas de produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) com o objetivo de revenda para consumidores finais. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio aproximado de pagamento de trinta dias.

A Companhia mantém leasing de uma aeronave. As despesas com esse arrendamento incluindo à manutenção e conservação da aeronave, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$1.919 (R\$1.776 em 31 de dezembro de 2012), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma Empresa controlada pelos acionistas majoritários da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operações com terceiros.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é controlada pela Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operações com terceiros.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária e Conselho da Administração), remuneração no valor total de R\$2.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.555 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não oferece a suas pessoas chaves benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

22. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de vendas	342.141	367.072	344.647
IPI sobre vendas	(8.892)	(3.870)	(8.892)
ICMS substituição tributária (ST) sobre vendas	(27)	(28)	(27)
Receita bruta de vendas (-) IPI e ST sobre vendas	333.222	363.174	335.728
ICMS sobre vendas	(37.194)	(40.437)	(37.876)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS/INSS)	(33.012)	(34.182)	(33.623)
Devoluções de vendas	(2.869)	(5.356)	(2.869)
Ajuste a valor presente	(3.441)	(3.758)	(3.441)
	256.706	279.441	257.919

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas por função			
Custo dos bens e serviços vendidos	(156.159)	(163.972)	(154.868)
Despesas com vendas	(61.868)	(57.422)	(69.148)
Despesas administrativas	(19.830)	(19.637)	(24.395)
	(237.857)	(241.031)	(248.411)
Despesas por natureza			
Despesas com pessoal	(41.448)	(37.599)	(49.165)
Despesas com insumos	(125.188)	(134.222)	(123.998)
Despesas com depreciação e amortização	(8.286)	(8.277)	(8.335)
Despesas com serviços de terceiros	(15.609)	(12.611)	(16.905)
Despesas com propaganda	(12.995)	(13.488)	(13.090)
Despesas com comissões	(2.721)	(2.688)	(2.721)
Despesas com provisões	(3.384)	(7.673)	(3.384)
Outras despesas(*)	(28.226)	(24.473)	(30.813)
	(237.857)	(241.031)	(248.411)

*A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou as despesas administrativas, na segregação por natureza, dentro da linha de outras despesas em R\$ 2.697 (R\$ 2.158, valor líquido de provisões).

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros - Valor justo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim com os métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Decorrem diretamente das operações da Companhia e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- **Empréstimos concedidos** – São classificados como ativos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais, de forma líquida do ajuste a valor presente. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, e de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos concedidos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros - Valor justo -- Continuação

- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como o seu valor justo, estão demonstrados no quadro abaixo:

Valor contábil

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	73.677	93.208	74.711
Empréstimos concedidos	3.674	7.518	3.674
Passivos			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores	(6.245)	(6.698)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	(557)	(5.685)	(557)

Valor justo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	73.677	93.208	74.711
Empréstimos concedidos	3.612	8.096	3.612
Passivos			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores	(6.245)	(6.698)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	(554)	(5.725)	(554)

Para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia adotou a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 2").

b) Gerenciamento de riscos

Os principais passivos financeiros da Companhia são compostos por contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à clientes, que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

- **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras.

- **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia tem obtido sucesso em ajustar a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.703 mil.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira nos quais a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

Sensibilidade a taxas de câmbio -- Continuação

Além desse cenário, apresentamos mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
		(Valor Contábil)		
Redução da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	3.985	2.988	1.992
Deterioração da taxa em:				
Referência para taxa de Câmbio:				
	Dólar	2,34	1,76	1,17
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(997)	(1.993)

- **Risco de preço das commodities**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria – prima, chapas de MDF, a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua Administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 5.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 13 clientes (31 de dezembro de 2012: 8 clientes) responsáveis por 50,41% (31 de dezembro de 2012: 50,04%) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- **Risco de crédito** -- Continuação

Contas a Receber -- Continuação

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais e juros projetados com base nos contratos:

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	288	282	570
Fornecedores	6.043	202	6.245
	6.331	484	6.815

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

c) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

c) Gestão do capital social -- Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Empréstimos e financiamentos	557	5.685	557
Fornecedores	6.245	6.698	6.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.316)	(28.719)	(11.629)
Dívida líquida	(4.514)	(16.336)	(4.761)
Patrimônio líquido	205.303	222.130	205.303
Patrimônio líquido e dívida líquida	200.789	205.794	200.542

25. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

<u>Cobertura</u>	<u>Exercício de vigência</u>		<u>Importância segurada</u>
	<u>De</u>	<u>Até</u>	
Incêndios, vendavais e danos elétricos			
Máquinas e equipamentos	2013	2014	100.500
Estoque	2013	2014	21.827
Edificações	2013	2014	36.000
Lucros cessantes	2013	2014	17.712
Responsabilidade civil para administradores	2013	2014	10.000

26. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de móveis planejados. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo está assim representada:

Receita bruta de vendas	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Mercado interno	333.171	359.009	335.677
Mercado externo	8.970	8.063	8.970
	342.141	367.072	344.647

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2013, 3% (2% em 2012) da receita bruta.

27. Transações que não afetam caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

As transações que não afetam caixa no exercício foram:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Aumento de Capital	-	30.101	-
Transferência de ponto comercial de investimentos para o intangível	(322)	(300)	(322)
Compras de imobilizado a prazo	-	943	-
Aquisição de pontos comerciais e imobilizado com créditos a receber de lojistas			
Contas a receber	(3.211)	(13.820)	(3.211)
Empréstimos concedidos	-	(924)	-
Outros	-	(2)	-
Fundo de comércio – Intangível (Nota 11)	2.991	14.476	2.991
Imobilizado (Nota 10)	220	270	220

28. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 2013 (Consolidado)
Até um ano	1.655
Acima de um ano e até cinco anos	4.175

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$154 (R\$88 em 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Os aluguéis são quitados dentro do mês corrente, não restando saldo a pagar no final do exercício.

Parcela substancial de alguns aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o exercício de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

**6. ANEXO 2 – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA,
NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, vendemos 1,57 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$257,92 milhões, um EBITDA de R\$22,19 milhões e um lucro líquido de R\$13,71 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, vendemos 1,70 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$279,44 milhões, um EBITDA de R\$56,03 milhões e um lucro líquido de R\$42,16 milhões. Já no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, vendemos 1,70 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$294,68 milhões, um EBITDA de R\$80,44 milhões e um lucro líquido de R\$57,79 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com: (i) 832 revendas exclusivas; (ii) 2.852 lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) e (iii) no exterior contamos com 16 revendas exclusivas e 19 lojas multimarcas (essas lojas já estão incluídas no número total de revendas exclusivas e lojas multimarcas dos itens i e ii).

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócio e cumprir nossas obrigações de curto e médio prazo. Nosso capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o nosso parque fabril apresenta condições suficientes para atender a nossa atual demanda de produção, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, nosso ativo circulante era de R\$ 114,39 milhões (R\$136,11 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$125,95 milhões em 31 de dezembro de 2011) superava em R\$68,16 milhões o nosso passivo circulante de R\$46,43 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,46 (2,94 em 31 de dezembro de 2012 e 2,36 em 31 de dezembro de 2011), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,46 de ativo circulante. Nossa dívida bancária (curto e longo prazo) correspondia a R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2013 (R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$6,80 milhões em 31 de dezembro de 2011), descontando-se o caixa e aplicações financeiras (curto e longo prazo) de R\$11,63 milhões (R\$28,72 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$12,45 milhões em 31 de dezembro de 2011), o que resultou em um caixa líquido de R\$11,07 milhões (R\$23,04 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$5,65 milhões em 31 de dezembro de 2011).

A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2013	2012	2011
Liquidez geral	2,98	3,40	2,90
Liquidez corrente	2,46	2,94	2,36
Liquidez seca	1,96	2,52	1,95

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2013	2012	2011
Retorno s/ patrimônio líquido	6,7%	19,0%	29,5%
Margem líquida	5,3%	15,1%	19,6%
Margem Bruta	40,0%	41,3%	42,7%
Margem EBIT	5,4%	17,1%	24,9%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2013	2012	2011
Patrimônio líquido	205.303	222.130	195.739
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	557	5.685	6.803
Caixa e equivalentes de caixa	11.629	28.719	12.131

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Realizamos nossos investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balço patrimonial	2013	2012	2011
Ativo circulante	114.385	136.105	125.946
Ativo não circulante	142.501	138.114	132.255
Passivo circulante	46.427	46.367	53.301
Passivo não circulante	5.156	5.722	9.161
Patrimônio líquido	205.303	222.130	195.739

Analisando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir os investimentos e despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Detemos capacidade de financiar nossas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, poderemos recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de nossa administração para gerarem valor aos nossos acionistas.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não temos deficiências de liquidez, não tivemos no passado e não temos previsão que esta situação possa ocorrer. O nosso capital de giro e nossos investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, possuíamos dois contratos de financiamento em aberto, que totalizavam R\$0,56 milhão.

Em geral, nossos empréstimos não possuem garantia real, sendo garantidos por meio de avais de nossos acionistas controladores.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto, nem possuiu em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, e as respectivas taxas de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos que possuímos são:

	Taxa de Juros	Vencimento final	2013	2012	2011
Financiamento de imobilizado					
Banco Votorantim	9% a.a.	15/06/2014	557	1.672	2.788
Financiamento de exportação					
Banco Santander – BNDES	9% a.a.	15/06/2013	-	4.013	4.015
			557	5.685	6.803
Passivo circulante			557	5.128	5.130
Passivo não circulante			-	557	558
			557	5.685	5.688

A Companhia concedia aval financeiro aos financiamentos bancários obtidos pelos lojistas exclusivos. A partir de 2012 a Companhia não concede mais avais financeiros aos financiamentos bancários obtidos pelos revendedores exclusivos. Não há saldo de garantia concedido em 31 de dezembro de 2013 (R\$0,03 milhões em 2012 e R\$4,83 milhões em 2011).

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013	AV ⁽¹⁾ (%)	2012	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2013/2012
Receita bruta de vendas	344.647	133,6%	367.072	131,4%	(22.425)	-6,1%
Mercado interno	335.677	130,1%	359.009	128,5%	(23.332)	-6,5%
Mercado externo	8.970	3,5%	8.063	2,9%	907	11,2%
Deduções de vendas	(86.728)	-33,6%	(87.631)	-31,4%	903	-1,0%
Receita líquida de vendas	257.919	100,0%	279.441	100,0%	(21.522)	-7,7%
Custo dos produtos vendidos	(154.868)	-60,0%	(163.972)	-58,7%	9.104	-5,6%
Lucro bruto	103.051	40,0%	115.469	41,3%	(12.418)	-10,8%
Despesas com vendas	(69.148)	-26,8%	(57.422)	-20,5%	(11.726)	20,4%
Despesas gerais e administrativas	(24.395)	-9,5%	(19.637)	-7,0%	(4.758)	24,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.350	1,7%	9.344	3,3%	(4.994)	-53,4%
Lucro Operacional	13.858	5,4%	47.754	17,1%	(33.896)	-71,0%
Despesas financeiras	(8.505)	-3,3%	(3.075)	-1,1%	(5.430)	176,6%
Receitas financeiras	10.058	3,9%	12.267	4,4%	(2.209)	-18,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.411	6,0%	56.946	20,4%	(41.535)	-72,9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.702)	-0,7%	(14.782)	-5,3%	13.080	-88,5%
Correntes	(4.449)	-1,7%	(15.719)	-5,6%	11.270	-71,7%
Diferidos	2.747	1,1%	937	0,3%	1.810	193,2%
Lucro líquido do exercício	13.709	5,3%	42.164	15,1%	(28.455)	-67,5%

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$344,65 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 6,1%, ou R\$22,43 milhões, comparados aos R\$367,07 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A redução da receita bruta de vendas ocorreu devido a uma queda de 6,5% nas vendas no mercado interno, compensada por um aumento de 11,2% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,4% e do mercado externo 2,6% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, e 97,8% e 2,2%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$335,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 6,5%, ou R\$23,33 milhões, comparados aos R\$359,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. No ano de 2013 vendemos para o mercado interno um volume de 1,45 milhão de módulos que representou uma queda de 11,2% ou 183,3 mil módulos em relação ao volume vendido em 2012 que foi de 1,63 milhão de módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$225,7 em 2013, o que representou um aumento de 3,6% comparado com os R\$217,8 em 2012.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$8,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 11,2% ou R\$0,91 milhão, comparados aos R\$8,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O incremento da receita ocorreu principalmente pelo aumento de módulos vendidos em 88,4% ou 58,4 mil módulos. Em 2013 o número de módulos vendidos foi de 124,6 mil módulos, em 2012 atingiu 66,1 mil módulos. O aumento no número de módulos vendidos em 2013 se deve a estratégia de vendas para o mercado externo da linha Telasul Modulados.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$86,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma queda de 1,0% ou R\$0,9 milhão, comparados aos R\$87,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo descrito.

Impostos sobre as Vendas

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária (INSS).

Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e INSS) atingiram R\$71,53 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 4,2% ou R\$3,12 milhões, comparados aos R\$74,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 21,3% e 20,8% de nossa receita do mercado interno. A variação na representatividade de 0,5% ocorreu, principalmente, devido à nova metodologia de cálculo do INSS instituído pela lei 12.546 de 14 de dezembro de 2011, com efeito para o setor moveleiro a partir de agosto de 2012, que passou a ser registrada como redutora da receita.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 129,8% ou R\$5,02 milhões, comparados aos R\$3,87 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 2,6% e 1,1% de nossa receita bruta de vendas. O aumento no montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2013 deve-se à volta gradual da alíquota do imposto durante o ano de 2013. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro, subindo para 3% a partir de 1º de julho e para 3,5% a partir de 1º de outubro, passando para 4% de 1º de janeiro de 2014 e com previsão de retorno a 5% em 1º de julho de 2014. Os decretos utilizados pelo governo para majorar a alíquota do IPI no período foram: 7.879 de 27 de dezembro de 2012, 8.035 de 28 de junho de 2013, 8.116 de 30 de setembro de 2013 e 8.169 de 23 de dezembro de 2013.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$2,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 46,4% ou R\$2,49 milhões, comparados aos R\$5,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,9% e 1,5% de nossa receita bruta de vendas. No ano de 2012 tivemos um grande volume de devoluções principalmente em função da redução na alíquota do IPI para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal conforme decretos descritos no item anterior. Desta forma alguns clientes devolveram estoques por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas à nossa Companhia.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$3,44 milhões, o que representou uma redução de 8,4% ou R\$0,32 milhão, comparados aos R\$3,76 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 mantendo nos respectivos períodos, a representatividade de 1,0% de nossa receita bruta de vendas, sendo impactado, também, pela variação da SELIC.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$257,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 7,7% ou R\$21,52 milhões, comparados aos R\$279,44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$154,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 5,6% ou R\$9,10 milhões, comparado aos R\$163,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O custo dos produtos vendidos em 2013 representou 60,0% da receita líquida de vendas, e 58,7% no ano de 2012. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do custo unitário por módulo vendido, passando de R\$96,63 em 2012 para R\$ 98,51 em 2013. Essa variação ocorreu devido a:

(i) a redução da receita líquida, bem como a variação do mix de venda, provocou uma redução de cerca de R\$12,63 milhões no custo;

(ii) redução na despesa de depreciação no valor de R\$0,80 milhão devido à nova estimativa de vida útil a partir de setembro de 2013.

(iii) a principal variação que contribuiu para o aumento do custo médio é referente a gastos com pessoal. Em 2012 a linha de pintura em *Lacca* e a linha de Produção Flexível estavam em processo de amadurecimento, assim, o impacto dessas linhas em 2013 representou um gasto adicional de R\$3,48 milhões. Já o dissídio coletivo, acrescentou R\$1,03 milhão à despesa com pessoal.

(iv) outras despesas gerais de fabricação apresentaram redução de R\$0,18 milhão.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$103,05 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 10,8% ou R\$12,42 milhões, comparados aos R\$115,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Nossa margem bruta que era de 41,3% no exercício social de 2013, reduziu para 40,0% em 2013.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$89,19 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 31,7% ou R\$21,47 milhões, comparados aos R\$67,72 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 34,6% e 24,2% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$69,15 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 20,4% ou R\$11,73 milhões, comparados aos R\$57,42 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 26,8% e 20,5% da nossa receita líquida de vendas. Este aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) aumento dos gastos com lojas próprias, R\$8,43 milhões, referentes, principalmente, a gastos com pessoal e aluguéis. Em 2012, as despesas com lojas próprias foram pouco relevantes, pois iniciavam seu ciclo pré-operacional;

(ii) aumento com despesas de atendimento a consumidor final, R\$1,10 milhões, referente a fretes, montagens e materiais. Em relação a 2012, reclassificamos das despesas administrativas R\$2,95 milhões, gerando um efeito total na linha comercial de R\$4,05 milhões;

(iii) aumento das despesas com depreciação e amortização, R\$1,08 milhão, principalmente em função da amortização dos pontos comerciais das lojas próprias, que iniciou em setembro de 2013;

(iv) as despesas com provisões reduziram R\$1,94 milhão, devido, principalmente, ao registro de provisão não recorrente no exercício de 2012;

(v) as despesas com propaganda reduziram R\$0,40 milhão no exercício de 2013, devido a melhores negociações obtidas junto a fornecedores.

(vi) outras despesas aumentaram R\$0,51 milhão, principalmente devido ao maior gasto com assessorias no exercício de 2013;

Despesas Gerais e Administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas atingiram R\$24,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 24,2% ou R\$4,76 milhões, comparados aos R\$19,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O aumento das despesas ocorreu principalmente devido a:

(i) aumento das despesas com lojas próprias, R\$4,54 milhões, referente, principalmente, a gastos com pessoal;

(ii) no dia 16 de dezembro de 2013 a Companhia comunicou o mercado através de Fato Relevante a adesão ao Refis, que impactou R\$2,16 milhões as despesas administrativas, referente ao principal, líquido de provisões, sendo os demais efeitos referentes a juros registrados nas despesas financeiras;

(iii) as despesas referentes a atendimento de consumidor final, aumentaram R\$2,33 milhões referentes, principalmente a acordos judiciais. Em relação a 2012, reclassificamos para as despesas comerciais R\$2,95 milhões, gerando um efeito total na linha administrativa de redução de R\$0,62 milhões;

(iv) as despesas com provisões reduziram R\$1,84 milhão, principalmente devido a reversões da provisão com processos trabalhistas;

(v) as outras despesas aumentaram R\$0,52 milhão, principalmente, devido ao dissídio coletivo.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$4,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma queda de 53,4% ou R\$4,99 milhões comparados aos R\$9,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando respectivamente 1,7% e 3,3% da receita líquida de venda. Essa queda decorre principalmente do efeito não recorrente registrado em 2012 referente ao prêmio de renovação de contrato com instituição financeira de crédito contratada para fornecer financiamentos aos clientes dos nossos revendedores exclusivos.

Lucro operacional

Nosso lucro operacional atingiu R\$13,86 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 71,0% ou R\$33,89 milhões, comparados aos R\$47,75 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 5,4% e 17,1% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$8,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de 176,6% ou R\$5,43 milhão comparado aos R\$3,08 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Tal variação ocorreu pelos seguintes fatores:

(i) aumento nos descontos concedidos a clientes, no valor de R\$3,48 milhões;

(ii) no dia 16 de dezembro de 2013 a Companhia comunicou o mercado através de Fato Relevante a adesão ao Refis, que impactou R\$2,17 milhões as despesas financeiras referentes aos juros do processo, os demais efeitos podem ser observados na despesa administrativa;

(iii) as demais despesas financeiras apresentaram redução de R\$0,22 milhão.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 corresponderam, respectivamente, a 3,3% e 1,1% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$10,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma queda de 18,0% ou R\$2,21 milhões comparado aos R\$12,27 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorreu pelos seguintes fatores:

(i) redução nos juros recebidos referentes a contratos, R\$0,95 milhão, devido à redução dos contratos com clientes em aberto;

(ii) redução no rendimento de aplicações financeiras no valor de R\$0,63 milhão devido ao menor montante em caixa no exercício de 2013 em relação a 2012. O montante captado na abertura de capital da empresa, em abril de 2012, permaneceu em aplicações financeiras até a data de pagamento dos dividendos aos sócios da Companhia, em julho de 2012;

(iii) redução no reconhecimento de AVP no exercício de 2013, no valor de R\$0,50 milhão.

(iv) as demais receitas financeiras apresentaram redução de R\$0,13 milhão no período.

Nossas receitas financeiras no exercício social em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 corresponderam, respectivamente, a 3,9% e 4,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu R\$15,41 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 72,9% ou R\$41,54 milhões, comparados aos R\$56,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a 6,0% e 20,4% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$4,45 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 71,7% ou R\$11,27 milhões, comparados aos R\$15,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esta redução ocorreu principalmente devido à redução no lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferido atingiram R\$2,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de R\$1,81 milhão, comparado a uma receita de R\$0,94 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao imposto diferido

referente a base negativa de imposto de renda e contribuição social da operação da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$13,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma redução de 67,5% ou R\$28,46 milhões, comparados aos R\$42,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 5,3% e 15,1% da nossa receita líquida de vendas.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 com o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2012	AV ⁽¹⁾ (%)	2011	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2012/2011
Receita bruta de vendas	367.072	131,4%	402.355	136,5%	(35.283)	-8,8%
Mercado interno	359.009	128,5%	395.361	134,2%	(36.352)	-9,2%
Mercado externo	8.063	2,9%	6.994	2,4%	1.069	15,3%
Deduções de vendas	(87.631)	-31,4%	(107.678)	-36,5%	20.047	-18,6%
Receita líquida de vendas	279.441	100,0%	294.677	100,0%	(15.236)	-5,2%
Custo dos produtos vendidos	(163.972)	-58,7%	(168.792)	-57,3%	4.820	-2,9%
Lucro bruto	115.469	41,3%	125.885	42,7%	(10.416)	-8,3%
Despesas com vendas	(57.422)	-20,5%	(42.223)	-14,3%	(15.199)	36,0%
Despesas gerais e administrativas	(19.637)	-7,0%	(16.780)	-5,7%	(2.857)	17,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	9.344	3,3%	6.496	2,2%	2.848	43,8%
Lucro Operacional	47.754	17,1%	73.378	24,9%	(25.624)	-34,9%
Despesas financeiras	(3.075)	-1,1%	(2.645)	-0,9%	(430)	16,3%
Receitas financeiras	12.267	4,4%	10.643	3,6%	1.624	15,3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.946	20,4%	81.376	27,6%	(24.430)	-30,0%
Imposto de renda e contribuição social	(14.782)	-5,3%	(23.584)	-8,0%	8.802	-37,3%
Correntes	(15.719)	-5,6%	(25.207)	-8,6%	9.488	-37,6%
Diferidos	937	0,3%	1.623	0,6%	(686)	-42,3%
Lucro líquido do exercício	42.164	15,1%	57.792	19,6%	(15.628)	-27,0%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo, atingiu R\$367,07 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 8,8%, ou R\$35,29 milhões, comparados aos R\$402,36 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

A redução da receita bruta de vendas ocorreu devido a uma queda de 9,2% nas vendas no mercado interno, compensada por um aumento de 15,3% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 97,8% e do mercado externo 2,2% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, e 98,3% e 1,7%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$359,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 9,2%, ou R\$36,35 milhões, comparados aos R\$395,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. No ano de 2012 vendemos para o mercado interno um volume de 1.630,9 módulos que representou um aumento de 1,0% ou 16.000 módulos em relação ao volume vendido em 2011 que foi de 1.614,9 módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$220,14 em 2012, o que representou uma redução de 10,1% comparado com os R\$244,82 em 2011.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$8,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 15,3% ou R\$1,07 milhão, comparados aos R\$6,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. O incremento da receita ocorreu principalmente pelo aumento do preço médio de vendas em 57,6% ou R\$44,56. Em 2011 o preço médio era de R\$77,36 e em 2012 R\$121,92. O aumento no preço médio em 2012 se deve ao processo de qualificação do produto de exportação com maior concentração na marca Dell Anno.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$87,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma queda de 18,6% ou R\$20,05 milhões, comparados aos R\$107,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, conforme abaixo descrito.

Impostos sobre as Vendas

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária (INSS).

Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e INSS) atingiram R\$74,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 6,4% ou R\$5,09 milhões, comparados aos R\$79,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a 20,8% e 20,2% de nossa receita do mercado interno. A variação na representatividade de 0,6% ocorreu, principalmente, devido à nova metodologia de cálculo do INSS instituído pela lei 12.546 de 14 de dezembro de 2011, com efeito para o setor moveleiro a partir de agosto de 2012.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$3,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma queda de 79,1% ou R\$14,67 milhões, comparados aos R\$18,54 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a 1,1% e 4,7% de nossa receita bruta de vendas. A queda no montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2012 deve-se à redução na alíquota para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através dos Decretos n.º 7.705, 7.770, 7.796 e 7.879 para o período de 26 de março de 2012 a 31 de janeiro de 2013. A partir de 1º de fevereiro até 30 de junho de 2013 a alíquota será de 2,5%.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$5,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 32,0% ou R\$1,30 milhão, comparados aos R\$4,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a 1,5% e 1,0% de nossa receita bruta de vendas. O aumento das devoluções deve-se principalmente em função da redução na alíquota do IPI para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal conforme decretos descritos no item anterior. Desta forma alguns clientes devolveram estoques por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas à nossa Companhia.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$3,76 milhões, o que representou uma redução de 29,6% ou R\$1,58 milhão, comparados aos R\$5,34 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 correspondendo, nos respectivos períodos, a 1,0% e 1,3% de nossa receita bruta de vendas. Essa redução ocorreu devido aos seguintes fatores:

- (i) redução da receita bruta de vendas no valor de R\$ 35,28 milhões; e,
- (ii) redução do índice (Selic) utilizado pela Companhia para ajuste, que no ano de 2012 variou entre 10,5% e 7,25%, enquanto que em 2011 variou entre 12,5% e 11,0%.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$279,44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 5,2% ou R\$15,24 milhões, comparados aos R\$294,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Custo dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$163,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 2,9% ou R\$4,82 milhões, comparado aos R\$168,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

i) O custo dos produtos vendidos em 2012 representou 58,7% da receita líquida de vendas, e 57,3% no ano de 2011. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à redução do custo unitário por módulo vendido, passando de R\$98,98 em 2011 para R\$96,63 em 2012. Tal variação ocorreu devido a:

(i) redução da receita líquida em 5,2%, com redução no volume vendido em 0,5%, representando R\$0,70 milhão de redução em materiais em função do volume;

(ii) redução nas manutenções no montante de R\$0,50 milhão, pela aquisição de novos maquinários e aumento da quantidade de bens com menor tempo de vida útil;

(iii) mix compreendendo maior participação de materiais com custo mais baixo, líquido de aumentos de preço em materiais de R\$3,60 milhões;

(iv) queda das provisões para produtos fora de linha no montante de R\$0,70 milhão devido a otimização de aproveitamento de materiais nos processos produtivos; e

(v) acréscimo de R\$1,10 milhão referente à depreciação de novos maquinários adquiridos em 2011 e ao longo de 2012;

(vi) Queda da despesa com Pessoal em R\$0,5 milhão, em virtude do investimento em capex realizado em 2011.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$115,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 8,3% ou R\$10,41 milhões, comparados aos R\$125,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Nossa margem bruta reduziu para 41,3% no exercício social de 2012, comparado aos 42,7% no exercício social de 2011.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$67,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 29,0% ou R\$15,21 milhões, comparados aos R\$52,51 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a 24,2% e 17,8% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$57,42 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 36,0% ou R\$15,20 milhões, comparados aos R\$42,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a 20,5% e 14,3% da nossa receita líquida de vendas. Este aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) aumento dos gastos em propaganda e marketing no valor de R\$3,03 milhões, devido, principalmente, a campanhas da marca New que foram veiculadas apenas no exercício de 2012, como Big Brother Brasil e Caldeirão do Huck;

(ii) aumento nas despesas de atendimento aos consumidores finais no valor de R\$1,03 milhão referente a fretes, montagens e acordos jurídicos;

(iii) gastos pré-operacionais com aluguéis e folha de pagamento das lojas próprias em 2012 no valor de R\$1,83 milhão;

(iv) aumento das provisões no valor de R\$4,15 milhões, sendo R\$1,68 milhão referente a provisão para devedores duvidosos e R\$2,47 milhões referente a um passivo bancário por aval concedido e ainda em foro arbitral, evento não recorrente no exercício de 2012;

(v) aumento das despesas com pessoal no valor de R\$ 3,06 milhões devido ao processo de profissionalização da companhia e outras áreas internas que foram constituídas ou reestruturadas ao longo de 2012;

(vi) aumento nos serviços de terceiros, principalmente em assessorias, no valor de R\$ 0,82 milhão;

(vii) gastos com lojistas referente à Universidade Corporativa, capacitação oferecida pela Companhia aos lojistas para difundir conceitos de administração de negócios, iniciada no final do ano de 2011, no valor de R\$ 0,68 milhão;

(viii) aumento nas despesas com viagens em R\$ 0,61 milhão.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas atingiram R\$19,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 17,0% ou R\$2,86 milhões, comparados aos R\$16,78 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. O aumento das despesas ocorreu principalmente devido a:

(i) aumento das despesas com pessoal no valor de R\$0,83 milhão devido à estruturação da Diretoria e constituição do Conselho de Administração ao longo de 2012;

(ii) aumento de R\$0,41 milhão na despesa com PIS e Cofins sobre outras receitas, principalmente, devido à tributação do bônus recebido pela Companhia referente à renovação do contrato de prêmio bancário celebrado com instituição financeira de crédito;

(iii) despesas pré-operacionais com assessorias realizadas no processo de abertura das lojas próprias no valor de R\$0,21 milhão;

(iv) aumento nas despesas de atendimento ao consumidor final e lojistas referente a gastos com processos judiciais e indenização de mercadorias no valor de R\$1,20 milhão;

(v) as demais despesas aumentaram em R\$ 0,21 milhão, principalmente devido à contratação de uma consultoria de gestão, no último trimestre de 2012, no valor de R\$0,13 milhão. Nossas despesas administrativas corresponderam, nos respectivos períodos indicados acima, a 7,0% e 5,7% da nossa receita líquida de vendas.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$9,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 43,7% ou R\$2,84 milhões comparados aos R\$6,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando respectivamente 3,3% e 2,2% da receita líquida de venda. Tal aumento decorreu do incremento das receitas de prêmio bancário referente a contrato celebrado com instituição financeira de crédito, tendo como base o volume de financiamentos realizados aos clientes dos nossos revendedores exclusivos no valor de R\$2,60 milhões. Outras receitas diversas apresentaram aumento de R\$0,25 milhão.

Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras

O resultado antes das despesas e receitas financeiras atingiu R\$47,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 34,9% ou R\$25,63 milhões, comparados aos R\$73,38 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a 17,1% e 24,9% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$3,08 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 16,2% ou R\$0,43 milhão comparado aos R\$2,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Tal variação ocorreu pelos seguintes fatores:

(i) aumento nos descontos concedidos a clientes, no valor de R\$1,10 milhão;

(ii) acréscimo das despesas com financiamentos bancários, no valor de R\$0,24 milhão;

(ii) aumento de despesas com IOF, tarifas bancárias, (AVP) variação cambial no valor de R\$0,08 milhão;

(iii) redução no reconhecimento de ajuste a valor presente no valor de R\$0,99 milhão.

Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 corresponderam, respectivamente, a 1,1% e 0,9% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$12,27 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 15,3% ou R\$1,63 milhão comparado aos R\$10,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu pelos seguintes fatores:

(i) aumento no reconhecimento do AVP em R\$1,04 milhão;

(ii) aumento no rendimento de aplicações financeiras no valor de R\$0,49 milhão;

(iii) aumento nos juros recebidos, descontos obtidos e outras receitas financeiras no valor de R\$0,75 milhão;

(iv) redução na variação cambial no valor de R\$0,66 milhão.

Nossas receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 corresponderam, respectivamente, a 4,4% e 3,6% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu R\$56,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 30,0% ou R\$24,43 milhões, comparados aos R\$81,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a 20,4% e 27,6% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$15,72 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 37,6% ou R\$9,49 milhões, comparados a R\$25,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esta redução ocorreu principalmente devido à redução no lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferido atingiram R\$0,94 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de R\$0,69 milhão, comparado a uma despesa de R\$1,63 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Tal variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

(i) reversão do benefício fiscal dos gastos com emissão de ações aproveitados na apuração dos impostos correntes do exercício de 2012, no valor de R\$1,37 milhão;

(ii) aumento das provisões contábeis principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis e tributários e a devedores duvidosos no valor de R\$0,68 milhão;

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$42,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 27,0% ou R\$15,63 milhões, comparados aos R\$57,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 15,1% e 19,6% da nossa receita líquida de vendas.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 com o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2011	AV ⁽¹⁾ (%)	2010	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2011/2010
Receita bruta de vendas	402.355	136,5%	392.223	136,0%	10.132	2,6%
Mercado interno	395.361	134,2%	386.464	134,0%	8.897	2,3%
Mercado externo	6.994	2,4%	5.759	2,0%	1.235	21,4%
Deduções de vendas	(107.678)	-36,5%	(103.878)	-36,0%	(3.800)	3,7%
Receita líquida de vendas	294.677	100,0%	288.345	100,0%	6.332	2,2%
Custo dos produtos vendidos	(168.792)	-57,3%	(172.634)	-59,9%	3.842	-2,2%
Lucro bruto	125.885	42,7%	115.711	40,1%	10.174	8,8%
Despesas com vendas	(42.223)	-14,3%	(40.220)	-13,9%	(2.003)	5,0%
Despesas gerais e administrativas	(16.780)	-5,7%	(13.367)	-4,6%	(3.413)	25,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	6.496	2,2%	5.071	1,8%	1.425	28,1%
Lucro Operacional	73.378	24,9%	67.195	23,3%	6.183	9,2%
Despesas financeiras	(2.645)	-0,9%	(1.375)	-0,5%	(1.270)	92,4%
Receitas financeiras	10.643	3,6%	9.765	3,4%	878	9,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.376	27,6%	75.585	26,2%	5.791	7,7%
Imposto de renda e contribuição social	(23.584)	-8,0%	(22.499)	-7,8%	(1.085)	4,8%
Correntes	(25.207)	-8,6%	(23.337)	-8,1%	(1.870)	8,0%
Diferidos	1.623	0,6%	838	0,3%	785	93,7%
Lucro líquido do exercício	57.792	19,6%	53.086	18,4%	4.706	8,9%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$402,36 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,6%, ou R\$10,14 milhões, comparados aos R\$392,22 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O crescimento da receita bruta de vendas ocorreu devido ao aumento de 2,3% nas vendas no mercado interno e de 21,4% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 98,3% e do mercado externo 1,7% do total da receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$395,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,3%, ou R\$8,90 milhões, comparados aos R\$386,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. No ano de 2011 vendemos para o mercado interno um volume de 1.614.895 módulos que representou uma redução de 7,1% ou 122.978 módulos em relação ao volume vendido em 2010 que foi de 1.737.873 módulos.

O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$244,82 em 2011, o que representou um aumento de 10,1% comparado com os R\$222,38 em 2010. No ano de 2011 tivemos alguns eventos que afetaram o desempenho de nossas vendas para o mercado interno, onde tivemos um crescimento abaixo de nossas expectativas devido a efeitos da estratégia de Reposicionamento das nossas marcas Dell Anno e Favorita, aliada ao fraco desempenho econômico do País no 2º semestre de 2011. O Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita ocorreu por meio da renegociação de 126 contratos celebrados com revendedores exclusivos e abrangeu, dentre outros, a transferência de pontos de venda, reformas de lojas e aquisição de novos pontos.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$6,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 21,4%, ou R\$1,23 milhão, comparados aos R\$5,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O incremento da receita ocorreu principalmente pelos seguintes fatores (i) aumento da quantidade de módulos vendidos, que no ano de 2011 representou 90.411 módulos, ou seja, um aumento de 49,5% ou 29.920 módulos em relação ao volume exportado em 2010, que foi de 60.491 módulos, (ii) redução do preço médio de venda de 18,7%, que em 2011 era de R\$77,36 comparada a R\$95,21 em 2009.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$107,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 3,7% ou R\$3,80 milhões, comparados aos R\$103,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme abaixo descrito.

Impostos sobre as Vendas

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS e COFINS) atingiram R\$79,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,2% ou R\$1,74 milhão, comparados aos R\$77,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,8% e 19,9% de nossa receita bruta de

vendas. O aumento destes impostos de 2,2%, do ano de 2011 em relação ao ano de 2010, ficou em linha com o crescimento de 2,6% da receita bruta de vendas no mercado interno no mesmo período.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$18,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 32,3% ou R\$4,52 milhões, comparados aos R\$14,02 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 4,7% e 3,6% de nossa receita bruta de vendas. O aumento no montante do IPI sobre a Receita Bruta verificada em 2011 em relação a 2010 se deve principalmente à redução na alíquota de referido tributo para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, que vigorou apenas no período de 27 de novembro de 2009 a 31 de março de 2010. Desta forma, a Companhia teve suas vendas tributadas pelo IPI apenas por 9 meses durante o ano de 2010, e em 2011 a incidência foi calculada sobre todos os 12 meses do exercício.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$4,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 51,7% ou R\$4,34 milhões, comparados aos R\$8,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 1,0% e 2,1% de nossa receita bruta de vendas. Esta redução ocorreu principalmente pela melhoria no processo produtivo, melhoria na política de comercialização de vendas e melhoria no sistema de logística. Adicionalmente, em 2010 a Companhia teve um elevado índice de devoluções em função do Governo Federal, através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, ter reduzido à zero a alíquota de IPI. Desta forma alguns clientes devolveram estoques comprados nos primeiros dias da vigência da lei por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas a nossa Companhia.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$5,34 milhões, o que representou um aumento de 54,3% ou R\$1,88 milhão, comparados aos R\$3,46 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Este aumento ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento da receita bruta de vendas para o mercado interno de 2,3% ou R\$8,90 milhões em relação ao ano de 2010, que representou um aumento de R\$0,15 milhão; (ii) aumento do prazo médio de contas a receber de 34 dias para 45 dias que representou um aumento de R\$1,27 milhão, tendo em vista que a Companhia implementou uma política comercial mais agressiva no ano de 2011 por meio de aumento do prazo das nossas vendas e (iii) pelo aumento da variação do índice (Selic) utilizado pela Companhia para ajuste, que no ano de 2011 foi superior a 2010, representando um aumento de R\$0,46 milhão. O AVP representou nos respectivos períodos, a 1,3% e 0,9% de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$294,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,2% ou R\$6,34 milhões, comparados aos R\$288,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Custo dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$168,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 2,2% ou R\$3,84 milhões, comparado aos R\$172,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O custo dos produtos vendidos em 2011 representou 57,3% sobre a receita líquida de vendas, comparado aos 59,9% do ano de 2010. A redução de R\$3,84 milhões do custo dos produtos vendidos em relação ao ano de 2010 se deve, principalmente, pela redução nos volumes totais de módulos vendidos em 2011 (1.705.306) quando comparado a 2010 (1.798.364), ou seja, uma redução de 5,2%, resultando numa redução no consumo de matérias primas e insumos num valor de R\$9,45 milhões. A redução dos custos foi parcialmente compensada pelo: (i) aumento no custo da mão de obra num total de R\$3,90 milhões tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 8,0% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 69 pessoas e (ii) aumento das despesas com depreciação no valor de R\$1,19 milhão tendo em vista os investimentos em novas máquinas e equipamentos. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) por módulo vendido em 2011 foi de R\$98,98, 3,10% maior que o verificado em 2010, que foi de R\$96,00.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, principalmente pelo aumento de nossa receita bruta de vendas que foi de 2,6% em relação a 2010 e com a diminuição no custo dos produtos vendidos, nosso lucro bruto atingiu R\$125,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,8% ou R\$10,17 milhões, comparados aos R\$115,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Nossa margem bruta aumentou para 42,7% no exercício de 2011, comparado aos 40,1% no exercício de 2010.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$52,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,2% ou R\$3,99 milhões, comparados aos R\$48,52 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 17,8% e 16,8% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$42,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 5,0% ou R\$2,00 milhões, comparados aos R\$40,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 14,3% e 13,9% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento dos investimentos em propaganda e marketing de 27,3% ou R\$2,95 milhões; (ii) aumento dos gastos com salários e encargos no valor de R\$3,24 milhões ou 57,6%, tendo em vista, a ampliação do quadro de funcionários da divisão de vendas num total de 31 pessoas com o objetivo de aumentar a receita de vendas e o número de revendas autorizadas, compensado pela: (a) redução de despesas com serviços de terceiros, consultorias e outras despesas com vendas, no valor de R\$3,30 milhões, representando uma redução de 16,0%, uma vez que em 2010 incorremos em despesas não recorrentes relacionadas ao Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita e da expansão de lojas da marca New, que foram reduzidas em 2011; e, (b) redução de despesas de comissões sobre vendas dos representantes comerciais autônomos, no valor de R\$0,96 milhão, ou 27,8%, tendo em vista a redução de vendas para as lojas multimarca.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas atingiram R\$16,78 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 25,5% ou R\$3,41 milhões, comparados aos R\$13,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O aumento das despesas ocorreu principalmente devido a: (i) aumento de gastos com salários e encargos, tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 8,0% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 12 novos funcionários no setor administrativo, no valor de R\$1,62 milhão, (ii) aumento de gastos com serviços de terceiros de consultorias e assessorias, despesas tributárias, despesas de viagens do departamento administrativo no valor de R\$1,07 milhão, (iii) aumento de despesas com indenização de mercadorias para lojistas e consumidores (PROCON) por defeito de fabricação, erro de montagem e projeto no valor de R\$1,80 milhão, compensados pela redução de R\$1,28 milhão referente à reversão de provisões contábeis. Tais fatores influenciaram no aumento acima da média de nossas despesas operacionais. Nossas despesas administrativas corresponderam, nos respectivos períodos indicados acima, a 5,7 % e 4,6% da nossa receita líquida de vendas.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas atingiram R\$6,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento 28,1% ou de R\$1,43 milhão comparados aos R\$5,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando respectivamente 2,2% e 1,8% da nossa receita líquida de vendas. Tal aumento decorreu principalmente do aumento das receitas de prêmio bancário decorrente de convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos,

tendo como base o volume de financiamentos realizados aos clientes dos nossos revendedores exclusivos.

Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras

O resultado antes das despesas e receitas financeiras atingiu R\$73,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 9,2% ou R\$6,18 milhões, comparados aos R\$67,19 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 24,9% e 23,3% da nossa receita líquida de vendas, conforme descrito abaixo.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$2,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 92,4% ou R\$1,27 milhão comparados aos R\$1,37 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento ocorreu principalmente dos seguintes fatores: (i) pelo reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) no valor de R\$1,34 milhão sobre os contratos de mútuo com os revendedores exclusivos firmados em 2011; (ii) aumento de despesas com IOF, tarifas bancárias e variação cambial, no valor de R\$0,29 milhão, apesar da (iii) redução das despesas com financiamentos bancários no valor de R\$0,36 milhão. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 corresponderam, respectivamente, a 0,9% e 0,5% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$10,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma aumento de 9,0% ou R\$0,88 milhão comparados aos R\$9,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esta variação decorreu devido: (i) ao aumento de receita com variação cambial de R\$0,87 milhão; e (ii) ao aumento das receitas de aplicações financeiras e descontos obtidos de fornecedores no valor de R\$0,34 milhão apesar da redução do valor de AVP sobre títulos de créditos a receber de clientes no valor de R\$0,24 milhão. Nossas receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 corresponderam, respectivamente, a 3,6% e 3,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações analisadas acima, nosso lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social atingiu R\$81,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 7,7% ou R\$5,80 milhões, comparados aos R\$75,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 27,6% e 26,2% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$25,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,0% ou R\$1,87 milhão, comparados a R\$23,34 milhões no mesmo período de 2010, o qual foi proporcional à variação de 7,7% verificada em nosso resultado antes do imposto de renda e contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferidos atingiram R\$1,62 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 93,7% ou R\$0,78 milhão, comparado a uma receita de R\$0,84 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Isto se deve pelo aumento das provisões contábeis, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis e tributários e a devedores duvidosos no ano de 2011, as quais são temporariamente indedutíveis.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$57,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,9% ou R\$4,70 milhões, comparados aos R\$53,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 19,6% e 18,4% da nossa receita líquida de vendas.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012.

Ativo	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	114.385	44,5%	136.105	49,6%	(21.720)	-16,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.629	4,5%	28.719	10,5%	(17.090)	-59,5%
Contas a Receber	65.342	25,4%	77.732	28,3%	(12.390)	-15,9%
Estoques	23.304	9,1%	19.296	7,0%	4.008	20,8%
Adiantamentos e Antecipações	1.559	0,6%	1.038	0,4%	521	50,2%
Empréstimos Concedidos	1.287	0,5%	1.971	0,7%	(684)	-34,7%
Despesas Antecipadas	2.386	0,9%	1.868	0,7%	518	27,7%
Impostos a Recuperar	6.230	2,4%	3.104	1,1%	3.126	100,7%
Outros Ativos Circulantes	2.648	1,0%	2.377	0,9%	271	11,4%
Ativo Não Circulante	142.501	55,5%	138.114	50,4%	4.387	3,2%
Contas a Receber	9.369	3,6%	15.476	5,6%	(6.107)	-39,5%
Empréstimos Concedidos	2.387	0,9%	5.547	2,0%	(3.160)	-57,0%
Ativo Mantido para Venda	12.668	4,9%	8.848	3,2%	3.820	43,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.481	3,7%	6.734	2,5%	2.747	40,8%
Impostos a Recuperar	18	0,0%	25	0,0%	(7)	-28,0%
Despesas Antecipadas	88	0,0%	251	0,1%	(163)	-64,9%
Depósitos Judiciais	3.555	1,4%	2.140	0,8%	1.415	66,1%
Outros Ativos Não Circulantes	1.975	0,8%	2.004	0,7%	(29)	-1,4%
Investimentos	82	0,0%	404	0,1%	(322)	-79,7%
Imobilizado	81.758	31,8%	78.373	28,6%	3.385	4,3%
Intangível	21.120	8,2%	18.312	6,7%	2.808	15,3%
Total do Ativo	256.886	100%	274.219	100%	(17.333)	-6,3%

Passivo	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	46.427	18,1%	46.367	16,9%	60	0,1%
Empréstimos e Financiamentos	557	0,2%	5.128	1,9%	(4.571)	-89,1%
Fornecedores	6.311	2,5%	6.698	2,4%	(387)	-5,8%
Obrigações Tributárias	4.636	1,8%	4.961	1,8%	(325)	-6,6%
Dividendos e JCP a Pagar	5.889	2,3%	10.014	3,7%	(4.125)	-41,2%
Salários e Encargos Sociais	5.983	2,3%	4.507	1,6%	1.476	32,7%
Adiantamento de Clientes	22.037	8,6%	14.002	5,1%	8.035	57,4%
Outros Passivos Circulantes	1.014	0,4%	1.057	0,4%	(43)	-4,1%
Passivo Não Circulante	5.156	2,0%	5.722	2,1%	(566)	-9,9%
Empréstimos e Financiamentos	-	0,0%	557	0,2%	(557)	-100,0%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	5.156	2,0%	5.165	1,9%	(9)	-0,2%
Patrimônio Líquido	205.303	79,9%	222.130	81,0%	(16.827)	-7,6%
Capital Social	187.709	73,1%	187.709	68,5%	-	0,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,0%	(2.658)	-1,0%	-	0,0%
Reservas de Lucros	20.252	7,9%	13.045	4,8%	7.207	55,2%
Dividendos Adicionais Propostos	-	0,0%	24.034	8,8%	(24.034)	-100,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	256.886	100,0%	274.219	100,0%	(17.333)	-6,3%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2013, diminuindo 59,5% em comparação com R\$28,72 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução decorre principalmente do caixa aplicado nas atividades de financiamento (dividendos, JCP e liquidação de empréstimos) em 2013.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$65,34 milhões, representando uma redução de 15,9% ou R\$12,39 milhões, em relação ao montante de R\$77,73 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

- (i) aumento por transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas no valor de R\$6,11 milhões;
- (ii) aumento pela apropriação do ajuste a valor presente no valor de R\$0,30 milhão;
- (iii) redução por transferência para o intangível pela aquisição de pontos comerciais no valor de R\$3,21 milhões;
- (iv) redução pelo acréscimo da provisão para devedores duvidosos no valor de R\$3,42 milhões;
- (v) redução pela renegociação de dívidas com entrada de bens mantidos para venda no valor de R\$4,65 milhões;
- (vi) redução pela concessão de descontos financeiros no valor de R\$4,53 milhões; e
- (vii) redução pela liquidação de títulos no valor de R\$2,99 milhões.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$23,30 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 20,8% ou R\$4,00 milhões, em comparação com R\$19,30 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento ocorreu devido a:

- (i) estoque para revenda nas lojas próprias, aumento de R\$1,43 milhão;
- (ii) estoque de matéria-prima, aumento no valor de R\$2,86 milhões; e
- (iii) outros, redução de R\$0,29 milhão.

Adiantamento e antecipações

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$1,56 milhão em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$0,52 milhão em relação aos R\$1,04 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não houve, individualmente, nenhuma variação significativa neste saldo.

Empréstimos concedidos

Empréstimos concedidos referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,76% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau. Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,29 milhão em 31 de dezembro de 2013, reduzindo 34,7% ou R\$0,68 milhão em relação ao valor de R\$1,97 milhão em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

(i) aumento por transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas no valor de R\$3,16 milhões;

(ii) redução pela constituição de provisão para ajuste a valor presente no valor de R\$0,10 milhão;

(iii) redução por liquidação de títulos, no valor de R\$1,10 milhões; e

(iv) redução por renegociações com entrada de bens registrados na linha de ativo mantidos para venda no valor de R\$1,28 milhão.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$2,39 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$0,52 milhão ou 27,7% em relação ao valor de R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreram variações relevantes nesta rubrica.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$6,23 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$3,13 milhões em relação ao valor de R\$3,10 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este aumento ocorreu, principalmente, por termos aderido ao Refis em dezembro, fazendo com que o lucro fiscal do ano ficasse abaixo da base que vínhamos antecipando o recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Estimamos que no primeiro semestre de 2014 este saldo será integralmente compensado com os impostos do período.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,65 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$0,27 milhão em relação ao valor de R\$2,38 milhões em 31 de dezembro de 2012. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos; e

(ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia.

Ativo Não Circulante**Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber de clientes no não circulante totalizaram R\$9,37 milhões, apresentando uma redução de 39,5% ou R\$6,11 milhões, em relação ao montante de R\$15,48 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorreu pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$2,39 milhões em 31 de dezembro de 2013, diminuindo R\$3,16 milhões ou 57,0% em comparação com R\$5,55 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação ocorreu pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$12,67 milhões em 31 de dezembro de 2013 aumentando R\$3,82 milhões em relação aos R\$8,85 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber e empréstimos concedidos a clientes. Estes imóveis foram recebidos pelo seu valor de custo, sendo inferior ou igual ao valor justo, validado por avaliadores independentes e sua valorização é revista anualmente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizaram R\$9,48 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 40,8% em relação ao valor de R\$6,73 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este acréscimo, de R\$2,75 milhões, ocorreu pelo aumento das provisões temporariamente indedutíveis no ano de 2013, e, principalmente, devido ao prejuízo fiscal da operação de nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Impostos a recuperar

Não houve variação significativa nesta conta.

Despesas antecipadas

Não houve variação significativa nesta conta.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$3,56 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$1,42 milhão em relação aos R\$2,14 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este aumento decorreu pela necessidade da realização de diversos depósitos judiciais em processos de natureza cível em andamento.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$1,98 milhão em 31 de dezembro de 2013 e R\$2,00 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não houve variação significativa nesta conta.

Investimentos

Nossos investimentos totalizaram R\$0,08 milhão em 31 de dezembro de 2013, reduzindo R\$0,32 milhão quando comparado aos R\$0,40 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreu variação significativa no período.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$81,76 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 4,3% em relação aos R\$78,37 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo, buscando a redução dos níveis de estoques de segurança.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$21,12 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando R\$2,81 milhões em relação aos R\$18,31 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento ocorreu principalmente devido à aquisição do fundo de comércio de lojistas em contrapartida da liquidação do contas a receber.

Passivo Circulante**Empréstimos e Financiamentos.**

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2013, diminuindo R\$4,57 milhões em comparação com os R\$5,13 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa redução ocorreu pela liquidação de empréstimos bancários no exercício de 2013.

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$6,31 milhões em 31 de dezembro de 2013, reduzindo 5,8% ou R\$0,39 milhão em comparação com R\$6,70 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreu variação significativa nesta rubrica.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$4,64 milhões em 31 de dezembro de 2013, reduzindo 6,6% ou R\$0,32 milhão em comparação com R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreu variação significativa nesta rubrica.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$5,89 milhões, reduzindo 41,2% ou R\$4,13 milhões quando comparado com os R\$10,01 milhões em 31 de dezembro de 2012, a redução é reflexo do menor patrimônio líquido no exercício de 2013.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$5,98 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 32,7% ou R\$1,48 milhão em comparação com os R\$4,51 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta variação ocorre, principalmente, devido ao aumento de pessoal referente à operação de nossa controlada, Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$22,04 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 57,4% ou R\$8,04 milhões em relação aos R\$14,00 milhões em 31 de

dezembro de 2012. A variação deste saldo é decorrente, principalmente, dos adiantamentos dos clientes da nossa controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Outros passivos circulantes

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$1,01 milhão em 31 de dezembro de 2013, reduzindo R\$ 0,05 milhão em comparação com R\$1,06 milhão em 31 de dezembro de 2012. Não houve variação significativa nesta conta.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos de longo prazo foram reclassificados para o passivo circulante devido ao prazo de vencimento das parcelas. Em 31 de dezembro de 2012 eles totalizaram R\$0,56 milhão.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$5,16 milhões em 31 de dezembro de 2013, e R\$5,17 milhões em 31 de dezembro de 2012. Não ocorreram variações significativas nesta conta.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$205,30 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$222,13 milhões em 31 de dezembro de 2012. Essa queda de 7,6% ou R\$16,83 milhões é decorrente de:

- (i) redução pela distribuição de dividendos do exercício de 2012 em 2013 no valor de R\$24,03 milhões;
- (ii) aumento da reserva legal no valor de R\$0,68 milhões; e
- (iii) aumento na reserva para expansão no valor de R\$6,52 milhões.

Análise do balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011.

Ativo	31/12/2012	AV	31/12/2011	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	136.105	49,6%	125.946	48,8%	10.159	8,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.719	10,5%	12.131	4,7%	16.588	136,7%
Contas a Receber	77.732	28,3%	77.833	30,1%	(101)	-0,1%
Estoques	19.296	7,0%	22.144	8,6%	(2.848)	-12,9%
Adiantamentos e Antecipações	1.038	0,4%	712	0,3%	326	45,8%
Empréstimos Concedidos	1.971	0,7%	3.524	1,4%	(1.553)	-44,1%
Despesas Antecipadas	1.868	0,7%	5.674	2,2%	(3.806)	-67,1%
Impostos a Recuperar	3.104	1,1%	1.508	0,6%	1.596	105,8%
Outros Ativos Circulantes	2.377	0,9%	2.097	0,8%	280	13,4%
Ativo Não Circulante	138.114	50,4%	132.255	51,2%	5.859	4,4%
Contas a Receber	15.476	5,6%	33.022	12,8%	(17.546)	-53,1%
Empréstimos Concedidos	5.547	2,0%	8.102	3,1%	(2.555)	-31,5%
Ativo Mantido para Venda	8.848	3,2%	6.751	2,6%	2.097	31,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.734	2,5%	4.428	1,7%	2.306	52,1%
Impostos a Recuperar	25	0,0%	43	0,0%	(18)	-41,9%
Despesas Antecipadas	251	0,1%	526	0,2%	(275)	-52,3%
Depósitos Judiciais	2.140	0,8%	1.419	0,5%	721	50,8%
Outros Ativos Não Circulantes	2.004	0,7%	636	0,2%	1.368	215,1%
Investimentos	404	0,1%	704	0,3%	(300)	-42,6%
Imobilizado	78.373	28,6%	75.994	29,4%	2.379	3,1%
Intangível	18.312	6,7%	630	0,2%	17.682	2806,7%
Total do Ativo	274.219	100%	258.201	100%	16.018	6,2%

Passivo	31/12/2012	AV	31/12/2011	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	46.367	16,9%	53.301	20,6%	(6.934)	-13,0%
Empréstimos e Financiamentos	5.128	1,9%	1.115	0,4%	4.013	359,9%
Fornecedores	6.698	2,4%	8.425	3,3%	(1.727)	-20,5%
Obrigações Tributárias	4.961	1,8%	15.974	6,2%	(11.013)	-68,9%
Dividendos e JCP a Pagar	10.014	3,7%	7.905	3,1%	2.109	26,7%
Salários e Encargos Sociais	4.507	1,6%	4.556	1,8%	(49)	-1,1%
Adiantamento de Clientes	14.002	5,1%	14.269	5,5%	(267)	-1,9%
Outros Passivos Circulantes	1.057	0,4%	1.057	0,4%	-	0,0%
Passivo Não Circulante	5.722	2,1%	9.161	3,5%	(3.439)	-37,5%
Empréstimos e Financiamentos	557	0,2%	5.688	2,2%	(5.131)	-90,2%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	5.165	1,9%	3.389	1,3%	1.776	52,4%
Patrimônio Líquido	222.130	81,0%	195.739	75,8%	26.391	13,5%
Capital Social	187.709	68,5%	29.699	11,5%	158.010	532,0%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,0%	-	0,0%	(2.658)	n/a
Reservas de Lucros	13.045	4,8%	5.939	2,3%	7.106	119,6%
Dividendos Adicionais Propostos	24.034	8,8%	160.101	62,0%	(136.067)	-85,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	274.219	100,0%	258.201	100,0%	16.018	6,2%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$28,72 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando 136,7% em comparação com R\$12,13 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse incremento decorre principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2012, que foi compensado parcialmente pelo caixa aplicado nas atividades de investimento e financiamento.

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos, que venceram no ano de 2012 e foram integradas ao caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$77,73 milhões, representando uma redução de 0,1% ou R\$0,1 milhão, em relação ao montante de R\$77,83 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

- (i) aumento por transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas no valor de R\$17,54 milhões;
- (ii) aumento pela apropriação do ajuste a valor presente no valor de R\$0,85 milhão;
- (iii) redução por transferência para o intangível pela aquisição de pontos comerciais R\$13,82 milhões;
- (iv) redução pelo acréscimo da provisão para devedores duvidosos no valor de R\$4,12 milhões;
- (v) redução pela liquidação de títulos no valor de R\$0,47 milhão; e
- (vi) redução da variação cambial no valor de R\$0,07 milhão.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$19,30 milhões em 31 de dezembro de 2012, reduzindo 12,9% ou R\$2,84 milhões, em comparação com R\$22,14 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução ocorreu devido a:

- (i) menor volume de compra de insumos; e

(ii) aprimoramento dos sistemas de controle e racionalização do consumo de matérias primas dos produtos em elaboração no processo produtivo.

Adiantamento e antecipações

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$1,04 milhão em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$0,33 milhão em relação aos R\$0,71 milhão em 31 de dezembro de 2011. Não houve, individualmente, nenhuma variação significativa neste saldo.

Empréstimos concedidos

Empréstimos concedidos referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 9,08% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau. Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,97 milhão em 31 de dezembro de 2012, reduzindo 44,0% ou R\$1,55 milhão em relação ao valor de R\$3,52 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

(i) aumento por transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas no valor de R\$2,56 milhões;

(ii) aumento pelo reconhecimento do ajuste a valor presente no valor de R\$0,09 milhão;

(iii) redução por liquidação de títulos, no valor de R\$3,28 milhão; e

(iv) redução por transferência para o intangível pela aquisição de ponto comercial no valor de R\$0,92 milhão.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2012, reduzindo R\$3,80 milhões ou 67,0% em relação ao valor de R\$5,67 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta redução justifica-se, principalmente, pela contratação antecipada em 2011 de celebridades e espaços publicitários em revistas das quais nós nos utilizamos para fazer a propaganda de nossos produtos em 2012, aproveitando condições favoráveis de preço e garantindo espaço para divulgação de nossas marcas. Já para as campanhas de 2013, as contratações estão ocorrendo dentro do próprio exercício.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$3,10 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$1,59 milhão em relação ao valor de R\$1,51 milhão em 31 de dezembro de 2011. Este aumento ocorreu, principalmente, devido à redução na alíquota do IPI para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal

através dos Decretos n.º 7.705, 7.770, 7.796 e 7.879 para o período de 26 de março de 2012 a 31 de janeiro de 2013.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,38 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando 13,3% em relação ao valor de R\$2,10 milhões em 31 de dezembro de 2011. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) reembolso de despesas de publicidade e propaganda debitada a nossos revendedores exclusivos;

(ii) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos; e

(iii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia.

Ativo Não Circulante

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no não circulante totalizaram R\$15,48 milhões, representando uma redução de 53,1% ou R\$17,54 milhões, em relação ao montante de R\$33,02 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$5,54 milhões em 31 de dezembro de 2012, diminuindo R\$2,56 milhões ou 31,6% em comparação com R\$8,10 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação ocorreu pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante devido ao vencimento das parcelas.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$8,85 milhões em 31 de dezembro de 2012 aumentando R\$2,10 milhões em relação aos R\$6,75 milhões em 31 de dezembro de 2011. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber de clientes. Estes imóveis (lojas, terrenos e apartamentos) foram recebidos pelo seu valor de custo, sendo

inferior ou igual ao valor justo, validado por avaliadores independentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$6,73 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando 51,9% em relação ao valor de R\$4,43 milhões em 31 de dezembro de 2011. Este acréscimo ocorreu pelo aumento das provisões temporariamente indedutíveis no ano de 2012, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, fiscais e devedores duvidosos.

Impostos a recuperar

Não houve variação significativa nesta conta.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,03 milhão em 31 de dezembro de 2012, diminuindo R\$0,02 milhão em relação aos R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2011. Não ocorreu variação significativa no período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$2,14 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$0,72 milhão em relação aos R\$1,42 milhão em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu pela necessidade da realização de diversos depósitos judiciais em processos de natureza cível em andamento.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$2,00 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$1,36 milhão comparado aos R\$0,64 milhão em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao pagamento de despesas de lojistas já renegociadas Investimentos

Nossos investimentos totalizaram R\$0,40 milhão em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$0,30 milhão se comparado aos R\$0,70 milhão em 31 de dezembro de 2011. Não ocorreu variação significativa no período.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$78,37 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando 3,1% em relação aos R\$75,99 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$18,31 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$17,68 milhões em relação aos R\$0,63 milhão em 31 de dezembro de 2011. O aumento ocorreu principalmente devido à aquisição do fundo de comércio de lojistas em contrapartida da liquidação do contas a receber.

Passivo Circulante**Empréstimos e financiamentos**

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$5,13 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$4,01 milhões em comparação com os R\$1,12 milhão em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu pela transferência das parcelas a pagar, lançadas no passivo não circulante, para o passivo circulante, de acordo com o cronograma de pagamento dos empréstimos bancários.

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$6,70 milhões em 31 de dezembro de 2012, reduzindo 20,5% ou R\$1,73 milhão em comparação com R\$8,43 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução do saldo ocorreu, principalmente, pela liquidação de títulos referentes à compra de máquinas e equipamentos industriais utilizados no processo produtivo.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2012, reduzindo 68,9% ou R\$11,01 milhões em comparação com R\$15,97 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução ocorreu, principalmente, em função de não haver saldo a pagar de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício de 2012.

Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$7,99 milhões, aumentando 1,0% quando comparado com os R\$7,91 milhões em 31 de dezembro de 2011. Não ocorreu variação significativa no período.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$4,51 milhões em 31 de dezembro de 2012, reduzindo 1,1% em comparação com os R\$4,56 milhões em 31 de dezembro de 2011. Não ocorreu variação significativa no período.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$14,00 milhões em 31 de dezembro de 2012, reduzindo 1,9% em relação aos R\$14,27 milhões em 31 de dezembro de 2011. Não houve variação significativa no período.

Dividendos a distribuir

Nosso saldo de dividendos a distribuir totalizou R\$2,02 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse valor refere-se ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro do exercício, conforme regulamentado pelo Estatuto da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldo nesta rubrica, pois a Companhia abriu capital em 27 de abril de 2012.

Outros passivos circulantes

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$1,06 milhão em 31 de dezembro de 2012, permanecendo com o mesmo saldo em comparação com R\$1,06 milhão em 31 de dezembro de 2011. Não houve variação significativa no período.

Passivo Não Circulante**Empréstimos e financiamentos**

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2012, diminuindo 90,2% em comparação com os R\$5,69 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução ocorreu pela transferência das parcelas a pagar, lançadas no passivo não circulante, para o passivo circulante, de acordo com o cronograma de pagamento dos empréstimos bancários.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2012, reduzindo 68,9% ou R\$11,01 milhões quando comparado aos R\$15,97 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução ocorreu, principalmente, em função de não haver saldo a pagar de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício de 2012.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$5,17 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando R\$1,78 milhão em comparação com R\$3,39 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

- (i) aumento na provisão para riscos tributários no valor de R\$0,69 milhão;
- (ii) aumento na provisão para riscos trabalhistas no valor de R\$0,68 milhão; e

(iii) aumento na provisão para riscos cíveis no valor de R\$0,41 milhão. Esses aumentos estão fundamentados no entendimento de nossos consultores jurídicos

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$222,13 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$195,74 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento de 13,5% ou R\$26,39 milhões é decorrente de:

(i) aumento da reserva legal no valor de R\$2,11 milhões;

(ii) aumento na reserva para expansão no valor de R\$5,00 milhões;

(iii) dividendos propostos do exercício de 2012 no valor de R\$24,04 milhões;

(iv) redução da reserva de capital no valor de R\$ 2,66 milhões; e

(v) redução pela distribuição de dividendos líquida dos exercícios anteriores no valor de R\$2,09 milhões

Análise do balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010.

Ativo	31/12/2011	AV	31/12/2010	AV	Δ	AH
Ativo Circulante	125.946	48,8%	145.744	69,5%	(19.798)	-13,6%
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.131	4,7%	20.621	9,8%	(8.490)	-41,2%
Contas a Receber	77.833	30,1%	86.289	41,1%	(8.456)	-9,8%
Estoques	22.144	8,6%	23.729	11,3%	(1.585)	-6,7%
Adiantamentos e Antecipações	712	0,3%	727	0,3%	(15)	-2,1%
Empréstimos Concedidos	3.524	1,4%	8.908	4,2%	(5.384)	-60,4%
Despesas Antecipadas	5.674	2,2%	3.550	1,7%	2.124	59,8%
Impostos a Recuperar	1.508	0,6%	47	0,0%	1.461	3108,5%
Outros Ativos Circulantes	2.097	0,8%	1.873	0,9%	224	12,0%
Ativo Não Circulante	132.255	51,2%	64.080	30,5%	68.175	106,4%
Contas a Receber	33.022	12,8%	-	0,0%	33.022	n/a
Empréstimos Concedidos	8.102	3,1%	1.871	0,9%	6.231	333,0%
Ativo Mantido para Venda	6.751	2,6%	5.867	2,8%	884	15,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.428	1,7%	2.805	1,3%	1.623	57,9%
Impostos a Recuperar	43	0,0%	51	0,0%	(8)	-15,7%
Despesas Antecipadas	526	0,2%	19	0,0%	507	2668,4%
Depósitos Judiciais	1.419	0,5%	598	0,3%	821	137,3%
Outros Ativos Não Circulantes	636	0,2%	73	0,0%	563	771,2%
Investimentos	704	0,3%	404	0,2%	300	74,3%
Imobilizado	75.994	29,4%	51.430	24,5%	24.564	47,8%
Intangível	630	0,2%	672	0,3%	(42)	-6,3%
Total do Ativo	258.201	100%	209.824	100%	48.377	23,1%

Passivo	31/12/2011	AV	31/12/2010	AV	Δ	AH
Passivo Circulante	53.301	20,6%	44.048	21,0%	9.253	21,0%
Empréstimos e Financiamentos	1.115	0,4%	557	0,3%	558	100,2%
Fornecedores	8.425	3,3%	5.684	2,7%	2.741	48,2%
Obrigações Tributárias	15.974	6,2%	15.515	7,4%	459	3,0%
Dividendos e JCP a Pagar	7.905	3,1%	5.780	2,8%	2.125	36,8%
Salários e Encargos Sociais	4.556	1,8%	3.623	1,7%	933	25,8%
Adiantamento de Clientes	14.269	5,5%	11.904	5,7%	2.365	19,9%
Outros Passivos Circulantes	1.057	0,4%	985	0,5%	72	7,3%
Passivo Não Circulante	9.161	3,5%	6.174	2,9%	2.987	48,4%
Empréstimos e Financiamentos	5.688	2,2%	3.904	1,9%	1.784	45,7%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	3.389	1,3%	2.128	1,0%	1.261	59,3%
Patrimônio Líquido	195.739	75,8%	159.602	76,1%	36.137	22,6%
Capital Social	29.699	11,5%	29.699	14,2%	-	0,0%
Reservas de Capital	-	0,0%	-	0,0%	-	n/a
Reservas de Lucros	5.939	2,3%	129.903	61,9%	(123.964)	-95,4%
Dividendos Adicionais Propostos	160.101	62,0%	-	0,0%	160.101	n/a
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	258.201	100,0%	209.824	100,0%	48.377	23,1%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$12,13 milhões em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 41,2% em comparação com R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorre principalmente do caixa aplicado nas atividades de investimento e financiamento que foi compensado parcialmente pelo caixa gerado nas atividades operacionais.

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos, que anteriormente estavam registradas no ativo não circulante em função do prazo, no montante de R\$0,32 milhão.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$77,83 milhões, representando uma diminuição de 9,8% ou R\$8,46 milhões, em relação ao montante de R\$86,29 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução aconteceu principalmente em razão da reclassificação de parte das contas a receber de clientes para o ativo não circulante devido ao alongamento de prazo de pagamento concedido a diversos clientes neste período. Fizemos a prorrogação de prazo de pagamento a diversos revendedores exclusivos, como parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que teve início em 2007 e teve sua fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando pequena parcela do Reposicionamento a ser concluída em 2012. Em 2011 aumentamos a provisão para devedores duvidosos em R\$2,45 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão era de R\$5,07 milhões comparado a R\$2,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal variação decorreu do aumento no atraso de pagamentos dos títulos a receber e do risco de inadimplência.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$22,14 milhões em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 6,7% ou R\$1,59 milhão, em comparação com R\$23,73 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorre a: (i) menor volume de compra de insumos; e (ii) aprimoramento dos sistemas de controle e racionalização do consumo de matérias primas dos produtos em elaboração no processo produtivo.

Adiantamento e antecipações

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$0,71 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 2,1% em relação aos R\$0,73 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não houve variação significativa nesta conta no período.

Empréstimos concedidos

Empréstimos concedidos referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 7,71% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau. Os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,52 milhões em 31 de dezembro de 2011, reduzindo 60,4% em relação ao valor de R\$8,91 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução é justificada pela reclassificação para o ativo não circulante decorrente da ampliação dos prazos de vencimento dos empréstimos concedidos aos revendedores exclusivos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizam R\$5,67 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 59,8% em relação ao valor de R\$3,55 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse acréscimo justifica-se principalmente pelo aumento de contratação antecipada de celebridades e espaços publicitários em revistas, das quais nós nos utilizamos para fazer a propaganda de nossos produtos, aproveitando condições favoráveis de preço e garantindo espaço para a divulgação das nossas marcas.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$1,51 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$1,46 milhão em relação ao valor de R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse incremento decorre de créditos de PIS e COFINS referentes à importação de máquinas e equipamentos industriais ocorridos no ano de 2011.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,09 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,22 milhão em relação ao valor de R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber: (i) reembolso de despesas de publicidade e propaganda debitadas a nossos revendedores exclusivos; (ii) reembolso das despesas com aeronave; e, (iii) prêmio bancário por meio de parceria junto à instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos.

Ativo Não Circulante

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo desta conta era de R\$0,29 milhão, sendo que no exercício de 2011 tais valores foram transferidos para o ativo circulante em razão da data do vencimento de tais aplicações.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$33,02 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2010 esta conta não apresentava saldo. Isto se deve ao fato da Companhia ter renegociado 126 contratos celebrados com revendedores exclusivos que constavam no ativo circulante, que se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocização de pontos de vendas para locais mais estratégicos, (ii) mudança de investidor (lojista); e (iii) reforma e alteração no visual, *layout*, *show room*, fachada e outros itens. Esta medida de prorrogação de prazo de pagamento faz parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que teve início em 2007 e teve sua fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando uma pequena parcela do Reposicionamento a ser concluído em 2012.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$8,10 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$6,23 milhões em comparação com R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é justificado pela liberação de novas operações de empréstimos para dez novos revendedores exclusivos. Os empréstimos concedidos se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocização de pontos de vendas para locais mais estratégicos, e (ii) reforma, alteração no visual, *lay-out*, *show room* e fachada.

Ativo mantido para venda

Temos como política aceitar dação em pagamento de devedores duvidosos em certos casos, quando se esgotam as negociações comerciais ou judiciais. O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$6,75 milhões em 31 de dezembro de 2011 aumentando 15,1% em relação aos R\$5,86 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber de clientes. Estes imóveis (lojas, terrenos e apartamentos) foram recebidos por seu valor justo, validado por avaliadores independentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$4,42 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$1,62 milhão ou 57,9% em relação ao valor de R\$2,80 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este acréscimo ocorreu pelo aumento das provisões temporariamente indedutíveis no ano de 2011, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e devedores duvidosos.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,04 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 15,6% em relação ao valor de R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,52 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,50 milhão em relação aos R\$0,02 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$1,42 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,82 milhão em relação aos R\$0,60 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu pela necessidade de realização de diversos depósitos judiciais em processos de natureza cível e tributário em andamento.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,64 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,57 milhão comparado aos R\$0,07 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Investimentos

Nossos investimentos totalizaram R\$0,70 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando em R\$0,30 milhão do valor registrado em 31 de dezembro de 2010 de R\$0,40 milhão. Esse aumento decorre de investimentos de direitos de uso de ponto comercial adquiridos para instalação de lojas para revenda de nossos produtos.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$75,99 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$24,56 milhões ou 47,8% em relação aos R\$51,43 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$0,63 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 6,3% em relação ao R\$0,67 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esta conta é composta de licenças de softwares e marcas e patentes, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1,11 milhão em 31 de dezembro de 2011 aumentando 100,2% em comparação com os R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela contratação de uma linha de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agente financeiro do BNDES para capital de giro.

Fornecedores

Nosso saldo de fornecedores totalizou R\$8,42 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 48,2% em comparação com R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento aconteceu principalmente pelo incremento relativo à compra de máquinas e equipamentos industriais para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$15,97 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 3,0% quando comparado aos R\$15,51 milhões em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$7,90 milhões, aumentando 36,8% quando comparado com os R\$5,78 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tendo em vista que a base de cálculo utilizada em 2011 foi maior do que o ano anterior.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$4,55 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 25,8% em comparação com os R\$3,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento deveu-se a: (i) contratação de 69 novos funcionários para a área de produção e de 38 novos funcionários para o setor administrativo e área comercial; (ii) aumento de salários pela convenção coletiva da categoria que foi de 8,0%; e, (iii) provisionamento do plano de participação nos resultados (PPR).

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$14,27 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 19,9% em relação aos R\$11,90 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação ocorreu em função da mudança da política de negociação com nossos clientes incentivando o pagamento antecipado, com o objetivo de aumentar a entrada de recursos para

fortalecer nosso capital de giro, minimizando o risco de perdas com inadimplência, e propiciando um melhor aproveitamento dos limites de crédito de nossos clientes.

Outros passivos circulantes

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$1,05 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando 7,3% em comparação com R\$0,98 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$5,69 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 45,7% em comparação com os R\$3,90 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela contratação de nova linha de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agente financeiro do BNDES para capital de giro.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$0,08 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 42,8% ou R\$0,06 milhão quando comparado aos R\$0,14 milhão em 31 de dezembro de 2010, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$3,38 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 59,3% em comparação com os R\$2,13 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu pelo provisionamento em 2011 de processos tributários e previdenciários, em virtude do aumento do risco de perda, de acordo com o entendimento de nossos consultores jurídicos.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$195,74 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$159,60 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento de 22,6%, ou R\$36,14 milhões, é decorrente do lucro líquido do exercício de 2011 de R\$57,79 milhões, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$12,35 milhões e de juros sobre o capital próprio de R\$9,30 milhões.

Análise de nossos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013.

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	2013	2012	2011	AH 13/12 (%)	AH 12/11 (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	34.675	46.618	37.927	-25,6%	22,9%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(12.330)	(14.342)	(30.319)	-14,0%	-52,7%
Fluxo de caixa (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	(39.435)	(15.688)	(16.098)	151,4%	-2,5%
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(17.090)	16.588	(8.490)	-203,0%	-295,4%

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2013, diminuindo R\$ 17,09 milhões ou 59,5% em comparação com R\$28,72 milhões em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2012 o aumento foi de R\$16,59 milhões ou 137% em comparação com R\$12,13 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$ 34,68 milhões, R\$ 46,62 milhões, R\$37,93 milhões respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 12,33 milhões, redução de R\$ 2,01 milhões em relação aos R\$14,34 milhões aplicados em 31 de dezembro de 2012. No exercício de 2012, a redução foi de R\$ 15,98 milhões em relação aos R\$ 30,32 de 31 de dezembro de 2011.

Ao longo dos 3 últimos exercícios sociais, realizamos gastos com imobilizado (CAPEX) em investimentos e intangível no valor de R\$56,99 milhões que se destinaram para aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível, dando continuidade ao plano de modernização e atualização do nosso parque tecnológico.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 39,44 milhões, aumento de R\$ 23,75 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. No exercício de 2012, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 15,69 milhões, redução de R\$ 0,41 milhão em comparação com R\$ 16,10 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2011. Em 2013, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou as seguintes movimentações:

- (i) pagamento de empréstimos no valor de R\$5,39 milhões;
- (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$7,99 milhões; e
- (iii) pagamento de dividendos no valor de R\$26,06 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 08 de junho de 2009, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Votorantim S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Automático Revitaliza”, no valor de R\$5,0 milhões, com prazo de pagamento de 60 meses, carência de 6 meses e vencimento final em junho de 2014. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Este financiamento está garantido por meio de avais concedidos por nossos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor deste financiamento era de R\$0,5 milhão.

Em 22 de novembro de 2011, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Revitaliza Exportação”, no valor de R\$4,00 milhões, com prazo de pagamento de 18 meses, e vencimento final em junho de 2013. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Para este financiamento foi dispensada qualquer garantia, temos o compromisso de exportar e comprovar os embarques do valor equivalente a US\$2,25 milhões até junho de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor deste financiamento era de R\$4,01 milhões e a receita bruta de vendas para o mercado externo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$6,99 milhões.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“covenants”).

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor celebrado em maio de 2010 e renovado em 28 de setembro de 2012, com vencimento em setembro de 2017, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

10.2 – Resultado operacional e financeiro**a) Resultado das operações da companhia****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:****Receita Bruta de Vendas**

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados e modulados por meio de revendas exclusivas, lojas multimarcas e lojas próprias, através das marcas Dell Anno, Favorita, New, Casa Brasileira, Telasul Modulados e Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes 16 países: Alemanha, Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Chile, Colômbia, México, Namíbia, Argentina, Peru, Panamá, Guatemala, Moçambique, Equador e República Dominicana.

Deduções**Impostos sobre vendas**

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 17% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5% a 10% e Contribuição Previdenciária à alíquota de 1%. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e INSS.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,8%, 1,5% e 1,0% de nossa receita bruta de vendas dos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadas, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis; e
- (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;

(ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;

(iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões; e

(iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

(i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;

(ii) créditos fiscais presumidos de ICMS sobre os fretes de vendas; e

(iii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para imposto de renda e 9,0% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal e contábil.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais encerrando em 31 de dezembro de 2013, nossos resultados operacionais foram afetados, principalmente, pelo custo dos produtos vendidos.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos é reconhecido no mesmo momento em que a receita da venda ocorre, compreendendo:

(i) custos com insumos (matérias-primas, materiais intermediários e embalagem), sendo estes os mais relevantes;

(ii) mão de obra direta e indireta;

(iii) depreciação do ativo imobilizado das áreas industriais; e

(iv) além de outros gastos gerais de fabricação (manutenção, energia elétrica e outros).

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme comentado na seção 6.5 deste formulário de referência, em 08 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a constituição da Unicasa Comércio de Móveis Ltda, sendo ela constituída com 100% de capital oriundo de investimentos da Companhia. Os efeitos dessa participação acionária podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

(c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais a serem refletidas em nossas demonstrações financeiras.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis manadas da Lei

das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas demonstrações financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as demonstrações financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não temos ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais

O parecer dos auditores emitidos para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 apresenta a seguinte ênfase:

Ênfase

Conforme descrito na nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Unicasa Indústria de Móveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seriam avaliadas ao custo ou ao valor justo.

A Diretoria da Companhia concorda com o conteúdo e opinião do parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras dos três últimos exercícios sociais exceto em relação à ênfase mencionada, pois a utilização do método de equivalência patrimonial está respaldada pelo art. 248 da Lei nº 6.404/76, pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) e pela Norma Internacional IAS 28, logo, sua adoção não só é recomendada, como obrigatória segundo as normativas vigentes. Ressalte-se ainda que, para atender o pressuposto da IN 12 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1), de que o resultado e patrimônio líquido das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas devem ser iguais, a avaliação de investimentos em controladas pela equivalência patrimonial é imprescindível, ainda que referido pronunciamento mencione esta exceção.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-

se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossa Administração, incluindo o Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras.

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS, os quais incluem: as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos nossos ativos; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS, e que nossos recebimentos e pagamentos estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da nossa Administração; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos nossos ativos que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras. Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos às demonstrações financeiras têm alto grau de eficiência e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

(b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor Independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores podem identificar pontos de

melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados. Na avaliação da Administração nenhum dos pontos de melhoria de nossos controles internos identificados por nossos auditores independentes representa deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para a elaboração das nossas demonstrações financeiras.

10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

A Companhia e os acionistas vendedores, conforme definidos no Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia realizaram oferta pública de distribuição primária de 9.136.364 ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta Primária”) e distribuição secundária de 21.263.363 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”), sendo todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), ao preço de R\$14,00 (catorze reais) por Ação (“Preço por Ação”), perfazendo o total de: R\$425.596.178,00.

Os recursos provenientes da Oferta Primária foram utilizados para pagamento de dividendos no montante de R\$130,0 milhões e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$7,9 milhões aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta), no valor total de R\$137,9 milhões.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados nas nossas demonstrações financeiras, incluindo off-balance sheet items.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(b) natureza e propósito da operação;

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos últimos três exercícios sociais, realizamos investimentos visando à modernização de nosso parque fabril. Ampliamos nosso prédio industrial e adquirimos máquinas e equipamentos com novas tecnologias que nos possibilitaram o aumento da produtividade de nossa planta fabril. Também investimos em pontos comerciais, investimento que não envolveu caixa, que fazem parte da base de nossa operação de lojas próprias. Também incorremos em investimentos de reforma dos pontos para prepara-los para o atendimento ao consumidor final, conforme os padrões estabelecidos para este canal.

Com estes investimentos temos capacidade instalada suficiente para atender a uma demanda superior à que estamos operando, sem a necessidade de grandes investimentos em maquinário.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2013	2012	2011
Imobilizado	11.794	11.205	29.848
Intangível	536	3.137	171
Total	12.330	14.342	30.019

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

(ii) melhorias no sistema de produção just in time viabilizando a a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;

(iii) melhoria do layout dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;

(iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;

(v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos;

(vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Ao longo dos seis meses utilizados para o desenvolvimento de cada coleção as ações e pesquisas acima descritas servem como orientação para todos os envolvidos no processo produtivo tais como: fornecedores, colaboradores, lojistas, especificadores, designers e arquitetos, bem como para a preparação e planejamento da participação em feiras e eventos do segmento moveleiro.

Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, nossos gastos com projetos de pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$3,32 milhões, R\$3,25 milhões e R\$4,79 milhões , respectivamente.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7. ANEXO 3 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O Lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2013, foi no montante de R\$ 13.709.360,15 (treze milhões, setecentos e nove mil, trezentos e sessenta reais e quinze centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2014, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição do Lucro Líquido da Companhia encerrado em 31.12.2013, que será submetida aos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. O montante global compreendendo dividendos e juros sobre o capital próprio totalizou um montante de R\$5.888.948,02 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e dois centavos), correspondente a R\$0,089110 por ação.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O percentual a ser distribuído é de 45,22% do lucro líquido (ajustado conforme determina o artigo 201 da Lei 6404) encerrado em 31.12.2013. A ser submetido a aprovação dos Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2013, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$6.502.898,22 (bruto), correspondendo a R\$0,09840000 por ação, que será submetida para aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, que será realizada 30/04/2014.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

A forma de pagamento será através de crédito bancário, sendo a data para pagamento definida na próxima Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia 30/04/2014, em consonância com as regras societárias vigentes.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os juros sobre o capital próprio foram declarados em 23 de dezembro de 2013 e serão submetidos para aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 30 de abril de 2014.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros

apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
Não aplicável.
- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**
Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2013	2012	2011	2010
Lucro Líquido	R\$13.709.360,15	R\$42.164.092,70	R\$57.793.035,22	R\$53.086.986,06
Quant. ações emitidas	66.086.364	66.086.364	5.499.900	5.499.900
Lucro Líquido por ação	R\$0,21	R\$0,67 ⁽¹⁾	R\$10,51	R\$9,65

⁽¹⁾ Em 2012 foi realizado o cálculo ponderado do Lucro Líquido por ação, devido à emissão de novas ações em 25/04/2012, quantidade de ações utilizada no cálculo foi de (63.207.784)

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Proventos/Período	2013 ⁽¹⁾	2012	2011	2010
Dividendos por ação	-	R\$0,41	R\$8,82 ⁽²⁾	R\$8,41 ⁽²⁾
JCP por ação	R\$0,10	R\$0,14	R\$1,69	R\$1,24

⁽¹⁾ JCP a ser aprovador na AGO de 30/04/2014.

⁽²⁾ Dividendos pagos em Julho de 2012, aprovados em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 24 de fevereiro de 2012 e rerratificada em 27 de fevereiro de 2012.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. **Identificar o montante destinado à reserva legal**
Para Reserva Legal foram destinados (R\$ 685.468,01), 5% do lucro líquido do exercício. O limite desta reserva é de 20% (vinte por cento) do Capital Social, por força do disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76 e do artigo 35 do Estatuto Social.
- b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Lucro Líquido do exercício	13.709.360,15
Constituição da Reserva Legal – 5%	<u>685.468,01</u>

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável. A Companhia só possui ações ordinárias, conforme estabelece as regras aplicáveis as companhias listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa.

- a. **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
Não aplicável
- b. **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
Não aplicável
- c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
Não aplicável
- d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
Não aplicável

- e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**
Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

As regras para distribuição de dividendos no exercício de 2013, conforme estabelece o Estatuto Social da Companhia, é o pagamento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Será revertido em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. O Dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia esta sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável. Não há retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável. Não há retenção de dividendo obrigatório.

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
Não aplicável
- b. **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**
Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
Não aplicável
- b. **Identificar o montante destinado à reserva**
Não aplicável
- c. **Descrever como o montante foi calculado**
Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A Administração da Companhia propõe a retenção de R\$ 6.520.994,71 (seis milhões, quinhentos e vinte mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos) para viabilizar investimentos previstos no plano de expansão da companhia. De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2014, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

As projeções e perspectivas de negócios apresentadas no orçamento de capital propostos, envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais, da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos.

Para dar viabilidade financeira aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 47,57% do lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$6.521 mil, totalizando na conta da Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão em 31 de dezembro de 2013 R\$11.518 mil.

Fontes de financiamento - 2014	R\$ mil
Lucros Retidos em Reservas de Lucros para Expansão	6.521
Recursos próprios (gerados com atividade operacional durante o exercício)	1.867
Total das fontes de financiamento	13.385
Orçamento de capital - Aplicação de recursos	2014 Projeção
Ativo imobilizado e intangível	(13.385)
Máquinas e equipamentos	(8.113)
Equipamentos e programas de informática	(2.944)
Benfeitorias	(1.180)
Outros	(1.148)
Total de aplicação de recursos	(13.385)

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros para Expansão nos níveis atuais, incorporadas as retenções de lucros auferidos no exercício de 2013, às quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2014 para suporte do plano de expansão que será implementado ao longo do exercício.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. **Informar o montante destinado à reserva**
Não aplicável

- b. **Explicar a natureza da destinação**
Não aplicável

8. ANEXO 5 - INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES

Nos termos do Art. 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 5 (cinco) membros, e no máximo, 7 (sete) membros. O prazo de gestão dos membros é de dois anos, permitida a reeleição. A eleição dos membros do Conselho observará o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Unicasa.

A proposta para Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 30/04/2014 é a eleição de 5 (cinco) membros, mantendo, assim, o mesmo número de membros do Conselho de Administração atualmente empossados.

Caso não haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo e os titulares de ações com direito a voto não exerçam o direito de eleição em separado previsto no art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, serão eleitos por votação majoritária 5 (cinco) membros para o Conselho de Administração da Companhia, por indicação dos acionistas controladores, conforme abaixo.

Caso haja pedido de ação do processo de voto múltiplo, a cada ação será atribuído 5 (cinco) votos, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, na forma do art. 141, da Lei n. 6.404/76. Recebido o pedido de adoção do processo de voto múltiplo e verificado que ele atende ao disposto no art. 141, da Lei n. 6.404/76, a Companhia divulgará, por meio do Sistema IPE, que a eleição do conselho de administração poderá se dar por esse processo.

Na forma do disposto no art. 141, §7º, da Lei n. 6.404/76, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, componha o Conselho de Administração, caso a eleição do Conselho de Administração se dê pelo sistema do voto múltiplo e, cumulativamente, os titulares de ações ordinárias exercerem a prerrogativa de eleger conselheiro de acordo com o art. 141, §4º, da Lei n. 6.404/76, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um.

Em atendimento ao disposto no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, seguem abaixo as informações (itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência) a respeito dos candidatos indicados à eleição/reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Alexandre Grendene Bartelle	Juvenil Antônio Zietolie	Frank Zietolie	Renato Ochman	Rafael Alves Rodrigues
Idade	63	70	43	53	40
Profissão	Empresário	Empresário	Empresário	Advogado	Administrador
CPF	098.675.970-87	029.127.670-91	532.184.260-49	375.739.690-15	166.309.958-80
Cargo a ser ocupado	Presidente do Conselho	Vice Presidente do Conselho	Membro titular	Membro titular	Membro titular
Data da eleição	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2014
Data da posse	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2014
Prazo do mandato	30/04/2016	30/04/2016	30/04/2016	30/04/2016	30/04/2016
Indicação	Acionistas Controladores	Acionistas Controladores	Acionistas Controladores	Acionistas Controladores	Acionistas Minoritários
Outras posições na Companhia	N/A	N/A	Diretor Presidente	N/A	N/A
Relação conjugal/parentesco com administradores ou diretores estatutários	N/A	Pai do Sr. Frank Zietolie e da Sra. Kelly Zietolie (Diretora Vice Presidente)	Filho do Sr. Juvenil Antônio Zietolie e Irmão da Sra. Kelly Zietolie (Diretora Vice Presidente)	N/A	N/A
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	Diretor Vice Presidente da Telasul S.A.	Vice Presidente do Conselho de Administração da Telasul S.A.	Diretor Presidente da Telasul S.A.	N/A	N/A
Tipo de Relação do Administrador com a parte relacionada	Controle	Controle	Controle	N/A	N/A
Tipo de pessoa relacionada	Fornecedor	Fornecedor	Fornecedor	N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

- **Alexandre Grendene Bartelle**, 64 anos, bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Exerce o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso, ocupa os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Grendene S.A., companhia aberta atuante no segmento industrial de calçados, desde 19.04.2010 e 04.03.2010, respectivamente. Adicionalmente, participa em outros negócios no Brasil, incluindo a (i) Telasul S.A. - fabricante de cozinhas em aço, onde é Diretor Vice-Presidente desde 30.04.2010; (ii) Vulcabrás|Azaléia S.A., companhia aberta atuante no segmento industrial de calçados, onde é Vice Presidente do Conselho de Administração desde 05.01.2011; (iii) Agropecuária Jacarezinho Ltda. – empresa do ramo agropecuário, onde ocupa o cargo de administrador desde 22.06.1993; (iv) Da Mata S.A. Açúcar e Álcool – usina de álcool, açúcar e cultivo de cana, onde é Presidente do Conselho de Administração desde 21.01.2011; (v) Lagoa Clara Agrícola S.A. - empresa do ramo agropecuário, onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 20.08.2010; e (vi) Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa atuante no setor imobiliário, onde ocupa o cargo de administrador desde 23.06.1981. Além disso, o Sr. Alexandre ocupa os seguintes cargos em empresas cujo objeto social é deter participações em outras empresas (holdings), dentre as quais destacam-se: (a) AGP Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 24.07.2009; (b) Nova Trento Negócios e Participações Ltda., onde ocupa o cargo de administrador desde 28.07.1989; (c) Nova Vicenza Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 24.07.2009; (d) Veneza Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 19.03.2010; (e) Grendene Negócios S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 29.04.2010; e (f) Alexandre G. B. Participações S.A., onde ocupa o cargo de Presidente desde 30.04.2010. Por fim, dentre as obrigações inerentes aos cargos mencionados acima, o Sr. Alexandre tem outras obrigações gerais que tem sob sua responsabilidade na qualidade de sócio ou acionista, conforme o caso, das referidas empresas.

Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Alexandre não ocupa nem ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- **Juvenil Antonio Zietolie**, 71 anos, ocupa o cargo de Vice Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso, exerce o cargo de Diretor da Telasul S.A. – fabricante de cozinhas em aço, desde 30.04.2010. Adicionalmente, o Sr. Juvenil ocupa o cargo de sócio administrador na empresa Zietolie Negócios e Participações Ltda. (holding) desde 03.12.2008.

O Sr. Juvenil não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- **Frank Zietolie**, 44 anos, é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, no Estado do Rio Grande do Sul. Exerce os cargos de membro efetivo do nosso Conselho de Administração e Diretor Presidente. Além disso, ocupa o cargo de Diretor Presidente da Telasul S.A. – fabricante de cozinhas em aço, desde 30.04.2010. Adicionalmente, o Sr. Frank Zietolie ocupa o cargo de sócio administrador na (i) Zietolie Negócios e Participações Ltda. (holding) desde

03.12.2008, e (ii) LIC Negócios Imobiliários Ltda. – empresa atuante no setor de empreendimentos imobiliários, desde 01.10.2009.

O Sr. Frank não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- **Renato Ochman**, 54 anos, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sócio do escritório de advocacia Ochman, Real Amadeo Advogados Associados com escritórios nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, professor convidado de cursos da GVLaw/Fundação Getúlio Vargas/SP, membro do Conselho da Escola Graduada de São Paulo - Graded School e membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seções de São Paulo e Rio Grande do Sul. Exerce o cargo de membro efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, o Sr. Renato ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. e da Grendene S.A., ambas companhias de capital aberto.

Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Renato não ocupa nem ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- **Rafael Alves Rodrigues**, 40 anos, bacharel em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, é o diretor de renda variável da Rio Bravo desde janeiro de 2009. Ingressou na Rio Bravo em 2006 como analista de renda variável no fundo de valor e ativismo. Antes da Rio Bravo, trabalhou por seis meses na mesa de renda variável da Corretora Ativa, e foi, por dois anos, consultor da Accenture. Exerceu por dois anos a função de conselheiro fiscal da Cremer, e foi membro do conselho de administração da Copasa. Em 2011, obteve a certificação Chartered Financial Analyst.

Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Rafael não ocupa nem ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

9. ANEXO 5 – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Proposta de Remuneração dos Administradores para o exercício de 2014

Remuneração total Prevista para o exercício social corrente (31.12.2014) – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	-	9
Remuneração fixa anual (em R\$)	260.000,00	2.200.000,00	-	2.460.000,00
Salário ou pró-labore	260.000,00	2.200.000,00	-	2.460.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	260.000,00	2.200.000,00	-	2.460.000,00

Observações: (i) A remuneração da Diretoria projetada para 2013 compreende a 3 diretores. A Diretora Vice-Presidente não recebe remuneração; (ii) A remuneração do Conselho de Administração projetada para 2013 compreende 2 conselheiros, os demais não receberão remuneração.

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

(a) objetivos da política ou prática de remuneração.

Nossa política de remuneração está em linha com as melhores práticas de governança, com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores (nacionais e internacionais), no curto e no longo prazo.

A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a retenção de profissionais qualificados em nossa administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios e as práticas de mercado.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

Até o momento, não possuímos um Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração. Durante os exercícios de 2011 não possuíamos Conselho de Administração. Este foi instaurado a partir de 2012.

(b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Diretores.

Adicionalmente, os Diretores que não são nossos acionistas fazem jus aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno; (ii) Plano de Saúde; (iii) Assistência Odontológica – atendimento interno; (iv) Seguro de Vida em Grupo; e (v) P A T - Programa de Alimentação do Trabalhador. Os benefícios têm por objetivo complementar a remuneração dos Diretores.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Tipo de remuneração	Conselho	Diretoria
Remuneração fixa	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%
Total	100%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

Ainda, de acordo com o art. 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração composta por parcela fixa e por benefícios diretos e indiretos busca (i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo; e (ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Adotamos como medida de desempenho dos administradores, indicadores empresariais qualitativos e quantitativos, sendo que os principais indicadores que utilizamos são o lucro líquido apurado em cada exercício e o EBITDA.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Considerando os indicadores que são utilizados por nós, em consonância com o Estatuto Social vigente, por deliberação da Assembleia Geral anual, a remuneração é atribuída pelo desempenho global dos administradores, em cada exercício social.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Adicionalmente, planejamos submeter à aprovação da Assembleia Geral, um plano de outorga de opção de compra de ações até o limite de 5% (cinco por cento) de nosso capital social. Em caso de aprovação deste plano, poderá haver a emissão de ações com desconto em relação ao valor de mercado ou patrimônio líquido.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente por nós.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total Prevista para o exercício social corrente (31.12.2014) – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	-	9
Remuneração fixa anual (em R\$)	260.000,00	2.200.000,00	-	2.460.000,00
Salário ou pró-labore	260.000,00	2.200.000,00	-	2.460.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	260.000,00	2.200.000,00	-	2.460.000,00

Observações: (i) A remuneração da Diretoria projetada para 2014 compreende a 3 diretores. A Diretora Vice-Presidente não recebe remuneração; (ii) A remuneração do Conselho de Administração projetada para 2014 compreende 2 conselheiros, os demais não receberão remuneração.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (31.12.2013) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	-	9
Remuneração fixa anual (em R\$)	600.000,00	2.199.328,00	-	2.799.328,00
Salário ou pró-labore	600.000,00	2.199.328,00	-	2.799.328,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	600.000,00	2.784.825,60	-	3.384.825,60

Observação: A remuneração da Diretoria de 2013 compreende 3 diretores. A Diretora Vice-Presidente não recebe remuneração.

Remuneração total realizada no Exercício Social (31.12.2012) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	-	9
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$479.733,64	R\$2.075.658,31	-	R\$2.555.391,95
Salário ou pró-labore	R\$440.000,00	R\$ 1.838.533,00	-	R\$2.278.533,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	R\$39.733,64	R\$237.125,31	-	R\$276.858,95
Remuneração Variável (em R\$)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	R\$479.733,64	R\$2.075.658,31	-	R\$2.555.391,95

Observação: O item “outros” refere-se a estimativa dos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores. A remuneração realizada em 2012 compreende a 3 diretores. A Diretora Vice-Presidente não recebe remuneração.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em (31.12.2011) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Remuneração fixa anual (em R\$)	-	3.072.000,00	-	3.072.000,00
Salário ou pró-labore	-	2.400.000,00	-	2.400.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	672.000,00	-	672.000,00
Remuneração Variável (em R\$)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	-	3.072.000,00	-	3.072.000,00

Observação: O item “outros” refere-se aos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores. No ano de 2011 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir correspondem à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2014)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	-	9
Bônus (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração variável	-	-	-	-

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2013– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	-	9
Bônus (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração variável	-	-	-	-

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2012– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	-	9
Bônus (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração variável	-	-	-	-

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2011– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Bônus (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração variável	-	-	-	-

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) termos e condições gerais; (b) principais objetivos do plano; (c) forma como o plano contribui para esses objetivos; (d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor; (e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; (f) número máximo de ações abrangidas; (g) número máximo de opções a serem outorgadas; (h) condições de aquisição de ações; (i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (j) critérios para fixação do prazo de exercício; (k) forma de liquidação; (l) restrições à transferência das ações; (m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e (n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não aplicável, a companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações	% do Capital Social Total
Unicasa Indústria de Móveis	2013	2013
Conselho de Administração	35.286.243	53,39%
Diretoria	598.115	0,91%
Total	35.884.358	54,30%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no conselho de administração.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, descrever em forma de tabela o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (i) data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as coes se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social, perdidas durante o exercício social, exercidas durante o exercício social e expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; e (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não aplicável, a companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

Não aplicável, a companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não aplicável, a companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando:

Não aplicável, a companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições;

Não aplicável, a companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.11. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, fiscal e diretoria estatutária:

Diretoria Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2013 ⁽¹⁾	4	R\$1.288.000,00	R\$455.664,00	R\$733.109,33
2012 ⁽¹⁾	4	R\$1.376.768,51	R\$342.741,60	R\$691.886,10
2011 ⁽²⁾	3	R\$1.536.000,00	R\$1.536.000,00	R\$1.536.000,00

⁽¹⁾Observação: No ano de 2013 e 2012 foi paga remuneração somente para 3 (três) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da menor remuneração e da média foram considerados somente os 3 (três) Diretores remunerados.

⁽²⁾Observação: Nos anos de 2011 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da menor remuneração e da média foram considerados somente os 2 (dois) Diretores remunerados.

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2013	5	R\$100.000,00	R\$100.000,00	R\$100.000,00
2012	5	R\$100.000,00	R\$100.000,00	R\$100.000,00
2011	-	-	-	-

Conselho Fiscal

Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2001	-	-	-	-

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do conselho de administração e da diretoria estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam. Além disso, durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011 a Companhia não possuía Conselho de Administração, bem como não foi instalado o Conselho Fiscal.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes: Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.